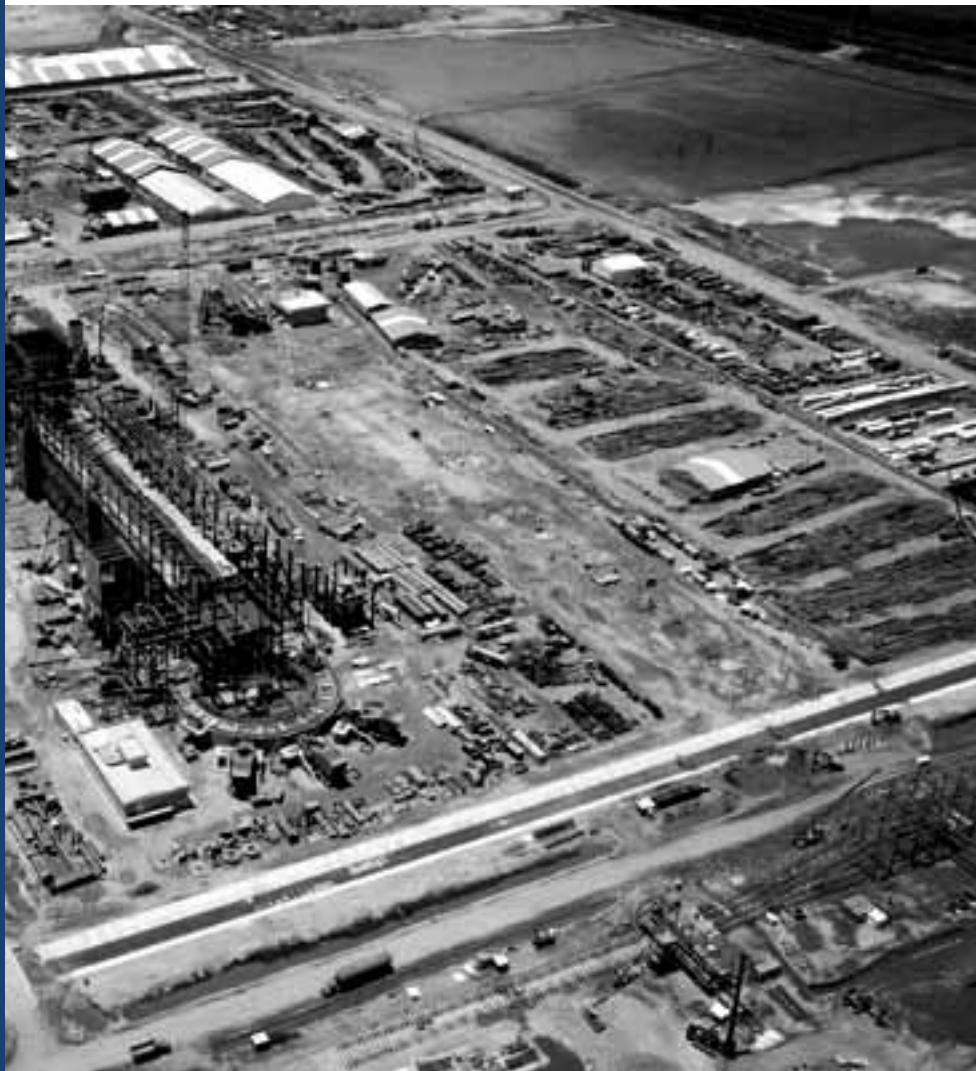


COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO (TKCSA)

Impactos e
irregularidades
na Zona Oeste do
Rio de Janeiro

2ª edição
revisada e atualizada



Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA
Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro
2ª edição - revisada e atualizada

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS

APOIO
Fundação Rosa Luxembourg

Novembro, 2009
Rio de Janeiro

“07 de Fevereiro - 1897 - Parte de Salvador com destino a Queimadas, a III Expedição Militar contra Canudos, a mais famosa de todas. Depois de dois grandes fracassos militares das expedições anteriores, ela tinha a responsabilidade de “lavar a honra” do Exército, seguindo equipada com seis canhões Krupp e mais de 1.300 soldados conduzindo 15 milhões de cartuchos.”¹

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

ELABORAÇÃO FINAL

Karina Kato e Sandra Quintela (Economistas do PACS)

REVISÃO

Gilka Resende e Karina Kato (PACS)

PUBLICAÇÃO

PACS e Rosa Luxembourg

DIAGRAMAÇÃO FINAL

Eduardo Ferrão

PESQUISA

Karina Kato, Leonardo Soares e Sérgio Ricardo

COLABORADORES

Sérgio Ricardo (ambientalista), Leonardo Soares (historiador), André Luis do Espírito Santo (pescador, CONFAPESCA e FAPESCA – RJ), Marcos Garcia (pescador, ABIT – Itacuruçá, CONFAPESCA E FAPESCA – RJ), Isac Alves de Oliveira (pescador, AAPP-Guaratiba), Ivo Siqueira Soares (pescador, AAPP-Guaratiba), Luis Carlos da Silva Oliveira (pescador, APESCARI) e Victor Mattar Mucare (Advogado)

ÍNDICE

Introdução	8
Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA): impactos e irregularidades	14
A Localização	14
A Baía de Sepetiba.....	18
A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA).....	25
A Destruição do Potencial Turístico	27
Os Impactos Sobre a Saúde Pública	28
Histórico da Implantação da TKCSA.....	33
Os Responsáveis pelo Projeto da TKCSA.....	34
Manipulação da Participação Popular	35
Criminalização da Resistência.....	37
Da Violação de Direitos	40
Violação dos Direitos Trabalhistas	41
Exploração de Mão-de-Obra Estrangeira.....	44
O Fim da Pesca	45
Deterioração do Tecido Social Local	46
Contaminação de Toda a Vida Marinha.....	47
Crimes Ambientais	47
Relatório do GATE.....	50
O Financiamento Público ao Empreendimento.....	55

Encontro com o BNDES	56
Isenção de Impostos	57
A Opinião da Comunidade Local	58
Movimentos Sociais Locais Opostos ao Projeto	59
Estratégias dos Pescadores.....	61
Duplo Padrão.....	62
Resposta da Empresa	63
Aspectos Legais e Jurídicos.....	65
Demandas dos que Lutam pela Baía de Sepetiba	66
Resumo.....	68



Foto: Autor desconhecido

**QUE BAÍA VOCÊ QUER PARA
SEUS FILHOS E FILHAS?**



Foto: Gilka Resende

INTRODUÇÃO

A declaração aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1986, determina em seu artigo 1º o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, expresso pelo direito que toda pessoa humana e todos os povos teriam de participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político. A mesma declaração, ao debater as implicações do direito ao desenvolvimento, faz referência ao direito dos povos à autodeterminação, incluindo o direito à soberania plena de cada povo sobre todas as suas riquezas e recursos naturais do território em que habita.

Optamos por destacar nesta introdução tal declaração, pois será com base nesta argumentação que construiremos a leitura de como vem se dando o processo de implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) na Baía de Sepetiba, objeto desta publicação. Assim, antes de qualquer coisa, queremos deixar claro que a luta de povos e comunidades tradicionais, constitui a luta pela afirmação e ampliação de um direito inalienável, e portanto, de um dever de toda sociedade. Povos e comunidades esses que vivenciam em seus territórios situações semelhantes à que apresentaremos aqui. No caso, a luta de pescadores artesanais do entorno da Baía de Sepetiba. Esta luta em defesa dos direitos humanos e, em especial, pelo direito ao desenvolvimento, vem sendo implementada desde 2006.

Infelizmente, não podemos afirmar que se trata de um caso isolado na atual realidade brasileira. Ao contrário, o que se passa na Baía de Sepetiba é emblemático das dinâmicas e dos processos que são postos em marcha pelo modelo de desenvolvimento que se acentua no Brasil. Um modelo baseado na busca do crescimento

econômico a qualquer custo, na exploração dos recursos naturais e na concentração da riqueza. Realizando-se as devidas adaptações, poderíamos ambientar este estudo em outras baías e territórios do Brasil. É a luta dos pescadores artesanais e dos quilombolas que estão ameaçados por empreiteiras como a Odebrecht e a OAS na Reserva Extrativa do Iguape em São Paulo. É o grito dos quilombolas da região do Rio Subaé que estão sendo expulsos do seu território na Ilha de Cajaíba na Bahia por conta da instalação do Resort Golf Clube. É a resistência contra o Complexo do Madeira, em Rondônia.

São todos esses casos, reflexos de um mesmo modelo de desenvolvimento que tem no centro de suas metas o crescimento econômico em detrimento da justiça social. Ele se pauta, sobretudo, na exploração intensificada de recursos naturais e na exportação de mercadorias com baixo valor agregado e componente tecnológico para o mercado internacional. Um modelo que confere ao Brasil o papel de exportador de produtos agrícolas, minerais e metálicos, baseados em processos produtivos de uso intensivo de recursos naturais e da força de trabalho barata e com elevado impacto sobre o meio ambiente. Nesta divisão do trabalho, os países para onde são exportadas essas mercadorias –ditos “desenvolvidos”- especializam-se na produção de bens com maior valor agregado –e com processos produtivos mais limpos, calcados em tecnologia de ponta, produzidos a partir dos produtos semi-acabados. Aos países mais pobres, são delegadas as tarefas de exportar recursos naturais, principalmente água, e sediar as transnacionais que se beneficiam da mão-de-obra barata e de vantagens governamentais como isenções fiscais e financiamento público. Há a exportação da poluição e de todos os danos sociais decorrentes destes megaprojetos para os países menos “desenvolvidos” que, para receberem estes investimentos flexibilizam suas legislações e precarizam as condições de trabalho.

Este modelo também é caracterizado por seu caráter altamente concentrador e excludente. Ao mesmo tempo que nosso Estado apóia e traça sua estratégia de “desenvolvimento” no fomento a megaprojetos desta natureza, nega a implantação de projetos alternativos, cuja ênfase estaria no estímulo a empreendimentos

menos concentradores de renda e em cadeias produtivas de produtos com maior valor agregado no país. No entanto, prioriza-se em nosso país um modelo calcado em poucos e grandes grupos empresariais e em grandes empreendimentos que concentram os lucros nas mãos de poucos empresários beneficiados pelo governo, ao passo em que dividem com a sociedade os custos e os prejuízos que esses mesmos projetos colocam para o patrimônio ambiental, social e cultural brasileiro.

Seguindo os cálculos mais tradicionais, do ponto de vista econômico, todos os “custos” destes megaprojetos calculados são resumidos aos custos econômicos. Suas faces ambiental e social são ocultadas. Os custos sociais, ambientais e culturais –normalmente identificados como externalidades negativas, dificilmente são “contabilizados” no custo produtivo dessas empresas. Esses custos, metamorfoseados em doenças, poluição, violência, miséria etc. são interpretados como problemas sociais a serem tratados pela sociedade brasileira ou pela família (retirando a responsabilidade cabida à empresa). Afirmamos a velha máxima em que: Privatizam-se os lucros ao mesmo tempo em que socializam-se os custos.

Contudo, não à sociedade brasileira apenas tratar e financiar por meio de investimentos públicos e do pagamento de impostos as medidas voltadas para solucionar estas externalidades negativas. Tem ficado também a incumbência maior de financiar diretamente e indiretamente todas as fases de execução destes megaprojetos. Junto ao empresariado nacional e internacional, o Estado brasileiro desempenha papel fundamental, financiando diretamente via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), concedendo isenções fiscais e oferecendo toda a infraestrutura necessária como energia elétrica subsidiada, a abertura de estradas e a construção de portos. Neste jogo de interesses, a legislação ambiental brasileira, que conta com um avançado instrumental, é flexibilizada a ponto de aprovar e conceder licenciamentos a empreendimentos cujo processo de obtenção da licença foi realizado sob condições suspeitas de cooptação de falsas lideranças e de manipulação da participação pública.

Atualmente, o papel do BNDES ganha cada vez mais proeminência na reprodução e ampliação deste modelo de desenvolvimento, de forma que o banco de fomento atualmente apresenta um tamanho quatro vezes maior que o Banco Mundial. Atuando como a principal fonte de financiamento de longo prazo no Brasil e com um orçamento que, em 2009, deve chegar a R\$ 166 bilhões, o banco é o principal reprodutor do atual modelo desenvolvimentista. Em 2008, seu orçamento foi de aproximadamente R\$ 91 bilhões.

Para seu funcionamento este modelo requer o desenho de complexos mecanismos de financiamento que articulam os interesses de variadas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), de bancos nacionais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de empresas transacionais e de governos, em prol da execução de programas de conexão de infra-estrutura (voltados) para o escoamento da produção para o mercado internacional. A Iniciativa de Integração da Infraestrutura da Região Sul Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula devem ser interpretados nesse contexto. As obras previstas na IIRSA e no PAC têm grandes aportes de recursos de IFMs e do BNDES, e são localizados em regiões estratégicas para o país, objetivando viabilizar a integração dos mercados nacional e sul-americano. A implantação do Conglomerado industrial-siderúrgico-portuário da TKCSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico) na Zona Oeste do Rio de Janeiro é uma das formas que esta articulação toma no território, tendo conseqüências acentuadas sobre a vida dos pescadores artesanais e das pessoas que moram na região.

A Companhia Siderúrgica do Atlântico –TKCSA- é uma joint venture (empreendimento conjunto de dois grupos econômicos independentes) formada pela companhia alemã ThyssenKrupp Steel que detém 73% das ações e pela Vale e que a partir de 2009 ampliou sua participação para quase 27% do projeto. A TKCSA será a maior siderúrgica da América Latina, com a capacidade de produzir por ano até 10 milhões de toneladas de placas de aço semi-elaboradas para exportação. Situa-se na Baía de Sepetiba, em Santa Cruz no Rio de Janeiro, mas não será o único empreendimento industrial e portuário planejado para a região. Os projetos de

“desenvolvimento” da região pretendem construir um super estaleiro da Marinha para a construção de submarinos, ampliar a capacidade produtiva da Companhia Siderúrgica Nacional –CSN e da Gerdau, a construção de uma nova planta produtiva, a Gerdau Aços Especiais Rio, bem como a construção ao lado do Porto de Itaguaí de até 8 portos privados. O Porto Sudeste, um dos portos pretendidos, terá capacidade de exportar um quinto de toda a exportação brasileira de minério de ferro num ano, ou seja, 50 milhões de toneladas. Esses projetos são levados a cabo, ainda que o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro confira à região uma vocação para desenvolvimento calcada no fomento do ecoturismo, com enfoque nas vocações gastronômica, botânica, pesqueira e agrícola e na consolidação de diferentes expressões histórico-culturais.

Para se instalar nesta região com maior facilidade, estes empreendimentos se beneficiam do fato da Baía de Sepetiba apresentar elevados índices de pobreza, ter população com baixo acesso a serviços de educação e saúde e de boa parte de seu território ser constituído de áreas pouco urbanizadas. Estes fatores resultam por um lado em menores custos operacionais sob a forma de salários mais baixos (o discurso da geração de empregos, mesmo que de péssima qualidade, também tem uma maior ressonância), menores custos de aluguel e menor atenção da opinião pública estadual e nacional. Por outro lado, o fato dessas populações terem menor acesso à educação formal e apresentarem menor poder relativo na estrutura social do estado facilita a atuação destes grupos empresariais e do governo na flexibilização e descumprimento da legislação brasileira. São áreas cuja população normalmente detém menores poderes políticos e econômicos para influir sobre o território. Sofrem também com a atuação de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo o tipo, qualquer seja o seu custo social e ambiental. Isso determina no Rio de Janeiro, e numa escala ampliada no Brasil, uma distribuição espacial desigual dos danos ambientais e dos riscos, produzindo situações de injustiça e de racismo ambiental.

Acadêmicos como Henri Acselrad (Ipur – UFRJ) incluem a Baía de Sepetiba no conjunto de áreas denominadas que Zonas de Sacrifício que correspondem a áreas que são “objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda”. Nesses locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor, pois a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos em detrimento do cumprimento da legislação¹.

Não obstante essas ponderações, esses projetos “esbarram” em outras questões ainda mais sérias. Esses empreendimentos vêm acompanhados de inúmeras e sérias violações aos mais elementares direitos humanos, passando por cima daqueles que, por força da vida, teimam em ficar no caminho dessas megaconstruções. E o caso da TKCSA, que abordamos neste texto, é um dos mais claros exemplos de como essas violações dão-se em todas as áreas. Diante desse cenário nos perguntamos: Desenvolvimento para quem? Para quê?

1 ZBOROWSKI, Marina Barbosa. Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS; CNPq, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO (TKCSA): IMPACTOS E IRREGULARIDADES

A LOCALIZAÇÃO

A região da Zona Oeste do Rio de Janeiro é formada pelas Regiões Administrativas de Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo e Santa Cruz. Trata-se de uma região que apresenta grandes contrastes, abrigando áreas de intensa urbanização e ocupação como Realengo e Santa Cruz e regiões que ainda apresentam mais da metade de sua superfície ocupada por áreas naturais, como mangues e mata atlântica. Ao longo das últimas décadas, a Zona Oeste vem sendo palco de intensas transformações de ordem econômica e social, o que tem contribuído ainda mais para a acentuação desses contrastes. Claramente ampliam-se as disparidades econômicas e sociais entre diferentes áreas constituintes da Zona Oeste. Assim, enquanto a Barra da Tijuca vem concentrando sua economia em serviços, em particular aqueles destinados às classes mais ricas da cidade do Rio de Janeiro e em altos indicadores de qualidade de vida, as demais áreas seguem concentrando elevados índices de pobreza. O perfil econômico da Zona Oeste apresenta reflete estes contrastes. Assim, por um lado temos áreas industrializadas, com maior urbanização, fruto de surtos de industrialização anteriores (iniciados em 1950), por outro, áreas mais naturais e menos artificializadas, cuja economia gira em torno da pesca e atividades relacionadas e do turismo.

Somado a todos esses contrastes, ao longo dos anos 1990, a região apresentou um enorme crescimento demográfico, sendo a região que mais cresceu no estado. Com isso, vem aumentando os desafios no que concerne

à melhoria das condições de vida de sua população. Nesta perspectiva, aumenta a pressão sobre os serviços sociais como moradia, educação, saúde, saneamento básico, dificultando a melhoria dos indicadores sociais da região. Acentua-se também a pressão sobre os recursos naturais, refletindo-se em altos níveis de poluição e destruição de ecossistemas como a mata atlântica, manguezais, e outros biomas marítimos que, muito embora apresentando uma redução significativa ao longo dos últimos anos, ainda se fazem presentes na região.

Contudo, a pressão demográfica ainda que grave não corresponde ao único fator a exercer pressão sobre os recursos naturais da região. Existem outras características que corroboram e reforçam a atração exercida pela região sobre empreendimentos econômicos de grande magnitude e cujos impactos sociais e ambientais são enormes. O fato de a Zona Oeste apresentar áreas de elevados índices de pobreza, pouco urbanizadas e construídas e uma população com baixo acesso à educação e à saúde, configuraria uma situação de baixa atratividade ao capital. Mas, do ponto de vista dos grandes empreendimentos, estes fatores possibilitariam um menor custo operacional para seus projetos.

Em primeiro lugar há que se destacar a grande disponibilidade de terras ainda não completamente urbanizadas, normalmente vistas como novas “fronteiras” a serem abertas. Junta-se a isso a constituição de uma ampla rede de vias de transporte, tanto ferroviário como, principalmente, rodoviário que facilitaria a logística da região. Comparada com outras regiões administrativas do Rio, a Zona Oeste (excetuando-se a Barra da Tijuca) possui índices bem inferiores de escolaridade, renda, saneamento básico, fornecimento de água e outros serviços. Este quadro influencia os índices de qualidade de vida da população da região (IDH) e contribui para que a mão-de-obra seja barata e pouco organizada, um elemento-chave para as empresas no processo de escolha do local para seus empreendimentos. São áreas que apresentam, portanto, a maior concentração

de população negra e de baixa renda no estado do Rio de Janeiro, com aluguéis e terrenos mais baratos e desvalorizados. A população, normalmente, possui menores poderes políticos e econômicos para incidir nas decisões públicas sobre o território. Isso determina uma distribuição espacial desigual dos danos ambientais e dos riscos, produzindo situações de injustiça e de racismo ambiental.

Nesse quadro de marginalização sociogeográfica, cumpre destacar o papel ativo exercido ao longo dos anos pelos poderes públicos. O Estado, por meio das políticas públicas implementadas, da ausência de fiscalização e de suas omissões, tem desempenhado um papel que ao invés de reverter essa situação, tem reforçado este quadro de abandono e exploração de recursos humanos e ambientais. Em sua ação, continua a dirigir os investimentos para obras e melhorias urbanas de maneira desigual, concentradora e excludente. Os investimentos sociais (saneamento, escolas, centros culturais, bibliotecas, hospitais e postos de saúde, transporte) na Zona Sul continuam sendo bem maiores (em quantidade e em qualidade) do que na Zona Oeste, o que não só cristaliza os padrões de desigualdade econômica, social e no acesso às políticas públicas, como acentua essa disparidade.

Com o objetivo de atrair investimentos, o Estado em suas diversas esferas (municipal, estadual e federal) vem concedendo incentivos fiscais e subsídios para as empresas se instalarem na região e, ao mesmo tempo, se omitindo no seu papel de fiscalizador e na exigência do cumprimento das legislações vigentes. A política altamente permissiva do governo estadual em termos ambientais e no que tange aos grandes empreendimentos industriais tem ocupado um papel chave na atração pelo Rio de Janeiro de empreendimentos industriais altamente impactantes.

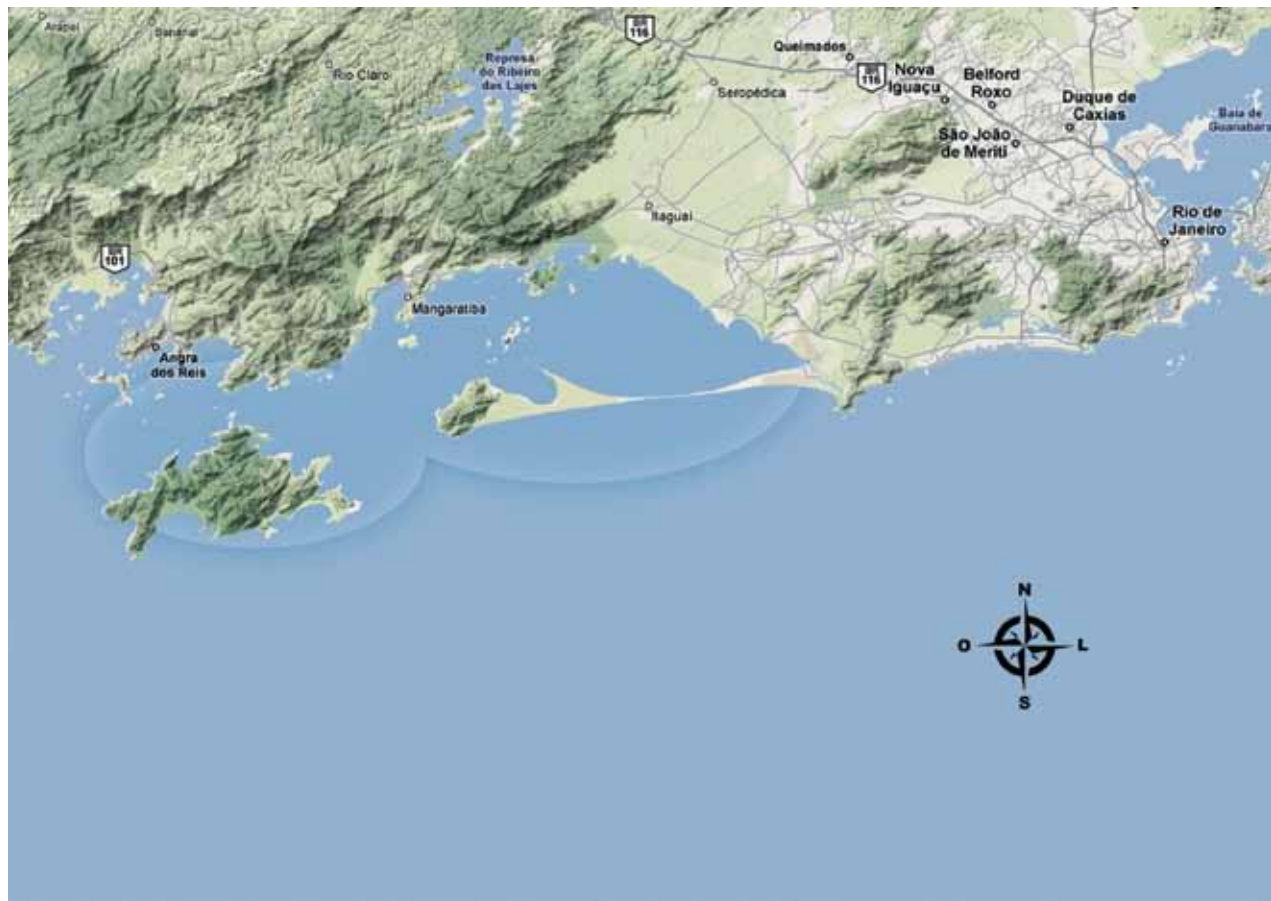


Ilustração: Eduardo Ferrão

A BAÍA DE SEPETIBA

A Baía de Sepetiba abrange, além da zona oeste do Rio de Janeiro, os municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Conforma uma região muito diversificada do ponto de vista ambiental e socioeconômico. É essa área também que, nos últimos anos, vem recebendo especial atenção por parte dos grandes projetos portuários e siderúrgicos, devido às suas vantagens logísticas e nos custos.

Localiza-se no Estado do Rio de Janeiro, entre as latitudes 22°54' e 23°04'S e as longitudes 43°34' e 44°10'W, com área de aproximadamente 450 km². Apresenta forma alongada, limitando-se a Norte e a Leste pelo continente, ao Sul pela Restinga de Marambaia e a Oeste, pela Baía de Ilha Grande. Seu comprimento é de 43 Km e sua largura é de 17 Km no sentido norte-sul, com perímetro de aproximadamente 123 Km e uma profundidade média de seis metros.

Do ponto de vista ambiental, em seu entorno existem importantes ecossistemas ainda preservados de florestas, restingas –como a da Marambaia e manguezais. Podem ser encontradas áreas remanescentes da Mata Atlântica, principalmente na Serra do Mar, considerada atualmente uma das 25 áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade em todo o mundo. A baía desempenha também um importante papel no abrigo de espécies nativas, endêmicas e ameaçadas de extinção de aves; no refúgio de aves costeiras; bem como serve de área de descanso para bandos de aves que procuram abrigo em sua vegetação. Os estuários, por sua vez, guardam uma imensa riqueza biológica típica de ambientes de transição –locais onde a água doce dos rios encontram-se com as águas do mar.

Mesmo com todo esse potencial, os planos do governo de transformar a região num grande pólo siderúrgico e portuário. Esta situação caracteriza a Baía de Sepetiba é uma das áreas que apresenta atualmente os maiores conflitos ambientais e sociais no estado do Rio de Janeiro.

A atividade industrial na região teve início nos anos 1960 e, a partir da década de 1970, com a implantação da rodovia BR-101 e com a implantação do Porto de Itaguaí. Na década 1980, a região apresentou taxas de crescimento demográfico elevadas, resultado de dois fatores: as atividades relacionadas ao porto da região e o crescimento da atividade de turismo, tendo fortes impactos sobre o meio ambiente. Ainda hoje, a área industrial de Santa Cruz apresenta dois importantes pólos industriais, o de Paciência e o de Palmares, onde se encontram a Casa da Moeda, a FCC S.A. – Fábrica Carioca de Catalisadores, a COSIGUA – Companhia Siderúrgica da Guanabara, a VALESUL Alumínio S.A., A White Martins, a Glasurit, a Continac, a Latasa.

Resulta destes surtos industrializantes das décadas passadas, o maior acidente ambiental que a região já sofreu e que lhe confere um imenso passivo ambiental cujas conseqüências são sentidas até hoje: o acidente com a Companhia Ingá Mercantil que iniciou suas atividades na Ilha da Madeira na década de 1960. Em 1996, em decorrência de fortes chuvas, um acidente fez com que o dique de contenção da Ingá se rompesse deixando vaziar um grande volume de dejetos tóxicos com elevado teor de metais pesados. Os manguezais e a rica vegetação da Baía de Sepetiba foram atingidos. Detritos são encontrados até os dias de hoje. Calcula-se que o pescado na época tenha decrescido em 60%. Houve ainda a contaminação da maricultura. Na ocasião, a Baía de Sepetiba ainda era o principal abastecedor de peixes do estado.

Ao se considerar a Baía de Sepetiba como destino de empreendimentos industriais, deveria ser levado em consideração também esse enorme passivo ambiental que faz com que os impactos de qualquer atividade de construção ou produtiva que venha a ser implementada na região sejam potencializados. Isso pela presença de milhares de toneladas de metais pesados que encontram-se sedimentados no fundo da Baía resultantes do acidente da Ingá. Contudo, o processo de licenciamento brasileiro foca sua análise nos impactos dos em-

preendimentos de forma isolada. A articulação com o ambiente e com os outros empreendimentos que existem no entorno não é levada em conta. Difícilmente, então, esse passivo e as demais indústrias do distrito industrial são levadas em consideração nos planos de investimento para a região. Isso na prática leva a uma subestimação dos riscos potenciais da implantação de novos projetos industriais na Baía de Sepetiba sobre o meio ambiente e sobre a saúde de sua população.

A leitura desta região como pólo industrial se mantém até hoje, ainda que o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro confira à região uma estratégia de desenvolvimento calcada no fomento do ecoturismo, com enfoque nas vocações gastronômica, botânica, pesqueira e agrícola e na consolidação das diferentes expressões histórico-culturais da região. Essa vocação turística, fortemente calcada em recursos naturais e nos ambientes pouco antrópicos, é ainda hoje importante fonte de renda para boa parte da população da Baía de Sepetiba. Em 17 de junho de 1986, a região litorânea da Baía de Sepetiba declarada Área de Proteção Ambiental (APA) por conta de um projeto de autoria do vereador Oswaldo Luís, Lei no 1208/88 de 23 de março de 1988, passando a ser alvo de proteção ambiental permanente. Não obstante estes fatores, no período atual, a Baía de Sepetiba mais uma vez encontra-se ameaçada pelos interesses industriais, resultando num novo ciclo desenvolvimentista para a região. A região tem sido cada vez mais palco para a instalação de empreendimentos de grande porte do setor químico, mineral e siderúrgico que ameaçam acabar com toda a sua natureza e por relegar à miséria (e no limite expulsar da Baía) boa parte de sua população.

Do ponto de vista socioeconômico, atualmente, com exceção do bairro de Santa Cruz, cujo trabalho da população concentra-se no centro e entorno do Rio de Janeiro, a economia e a vida social dos demais municípios encontram-se pautadas principalmente pelas atividades da pesca – artesanal, industrial e maricultura – e



do turismo. Do ponto de vista social e cultural, a região apresenta um universo composto por quilombolas, índios, pescadores artesanais e caiçaras que com a manutenção de suas tradições culturais e de seus modos de vida conferem à região um imenso e diversificado patrimônio social e cultural.

É neste cenário de riquezas ambiental, social e cultural, mas também empobrecido e credor de uma dívida social e ambiental crescente, que os governos municipal, estadual e federal, juntamente com o empresariado nacional e internacional, estão construindo um imenso pólo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities (mercadorias) minerais e produtos siderúrgicos. O primeiro empreendimento do pólo industrial é a Companhia Siderúrgica do Atlântico -TKCSA, já em construção e que pretende ser a maior siderúrgica da América Latina. Só o canteiro de obras da TKCSA corresponde à área de dois bairros do Rio de Janeiro, a saber, Ipanema e Leblon, juntos.

Uma vez iniciadas as obras da TKCSA, encontram-se em processo de licenciamento os seguintes projetos:

1) Portuários: O Porto Sudeste da LLX Logística, com capacidade de escoamento de 50 milhões de toneladas de minério do quadrilátero ferrífero; a ampliação do porto de Itaguaí; a construção de um grande porto e estaleiro para a construção de submarinos da Marinha do Brasil e; a construção de um mega porto compartilhado entre Petrobras, Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional –CSN, segundo memorando de entendimento assinado em agosto deste ano.

2) Siderúrgicos: Expansão da capacidade produtiva da Gerdau Cosigua e a construção da nova usina de aços especiais -Gerdau Aços Especiais Rio.

Acadêmicos como Acselrad incluem a Baía de Sepetiba no conjunto de áreas denominadas que “Zonas de Sacrifício”. Nesses locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor, pois a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos e predatórios. Este quadro configura situações diretas de racismo ambiental ou injustiça ambiental, onde as parcelas mais empobrecidas e excluídas arcam e estão expostas a maiores riscos ambientais e sobre a sua saúde, com o objetivo de manter e reproduzir um modelo de produção e de consumo que privilegia a parcela da sociedade mais rica.

Todos esses empreendimentos, que contam com apoio econômico e político dos governos brasileiros (municipal, estadual, federal), por meio da isenção de impostos e de financiamento direto principalmente do BNDES a suas obras, possuem enormes impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais na região na qual estão sendo implantados. Esses impactos são diretamente responsáveis por colocar em risco a população local, todo o ecossistema e, com isso, o enorme potencial econômico endógeno da região.

Mas se por um lado a Baía de Sepetiba é um espaço marginalizado, de profundas desigualdades e contrastes, por outro é também um espaço tradicional de lutas e de resistência. Característica que acompanha a região desde os primórdios da ocupação de seu território, ainda no século XX. A zona oeste é também um espaço que apresenta uma trajetória rica em lutas por condições dignas de vida. Até a década de 1990, estas lutas centravam-se na questão da moradia. A partir da década de 2000, no entanto, esta resistência passou a ser revestida por um caráter ambiental. Atualmente, o grande desafio de parte de seus moradores é lutar contra os abusos dos grandes conglomerados industriais – tendo a TKCSA à frente – que querem fazer da região uma nova Cubatão.



Moradores da Zona Oeste lutam para que as autoridades políticas e os donos do grande capital enxerguem que nenhum tipo de progresso industrial pode se realizar em prejuízo do desenvolvimento social da população local e do meio ambiente, negando-lhes o seu direito ao desenvolvimento. No fundo, essa população resiste em não aceitar que o “progresso econômico”, voltado para poucos, seja alcançado às custas da deterioração da qualidade de vida e da exclusão de muitos, como também da destruição do meio ambiente – bem este que é de toda a sociedade.

A COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO (TKCSA)

Trata-se do primeiro projeto do bloco de megaempreendimentos portuário e industrial planejado para a Baía de Sepetiba nas décadas recentes. Lançado em 2006, o conglomerado industrial, siderúrgico e portuário da TKCSA é uma joint venture formada pela Vale (27%) e Thyssen Krupp (73%). Para a Thyssen Krupp, a nova planta siderúrgica, que será a maior da América Latina com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas de placas de aço por ano, é uma peça central em sua estratégia de crescimento global. O empreendimento conta com amplo apoio dos governos municipal, estadual e federal por meio de financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e isenções fiscais. O conglomerado é formado por:

- 1 – Usina siderúrgica integrada com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas de placas de aço.
- 2 – Usina termoelétrica para a geração de 490 MW de energia elétrica alimentada por 4 milhões de toneladas de carvão mineral proveniente da Colômbia.
- 3 – Um porto com dois terminais composto por uma Ponte de Acesso de 4 Km e um Píer de 700 m que atravessa o manguezal e o oceano.



A DESTRUIÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO

A área em que a planta da TKCSA está localizada é próxima de um dos locais mais visitados no Rio de Janeiro em matéria de turismo, a Costa Verde. A formação nesta área de um enorme complexo siderúrgico destruirá todo esse potencial turístico e pesqueiro dessa região. As atividades industriais determinarão o aumento da movimentação de trens de cargas e de caminhões com minérios e de enormes navios nos canais e no mar.

Além da poluição, isso impedirá a realização de atividades turísticas e terá grandes impactos sobre a vida e a cultura das populações locais. Esses portos e a grande movimentação em torno deles, criará zonas de exclusão. Ou seja, áreas em que por motivos de segurança a prática da pesca fica proibida.

Como resultado, além dos pescadores não exercerem sua profissão, pela contaminação e redução dos peixes, uma parcela significativa da população local ficará na miséria. São pessoas que conquistam sua renda por meio de atividades relacionadas ao turismo, com o aluguel de barcos e o gerenciamento de pequenos restaurantes e hotéis.

OS IMPACTOS SOBRE A SAÚDE PÚBLICA²

O rápido desenvolvimento industrial e urbano tem como consequência o aumento crescente da emissão de poluentes atmosféricos. O acréscimo das concentrações atmosféricas destas substâncias, a sua deposição no solo, nos vegetais e nos materiais é responsável por danos na saúde, redução da produção agrícola, danos nas florestas, degradação de construções e obras de arte e de uma forma geral origina desequilíbrios nos ecossistemas. Estes efeitos, contudo não afetam o ar do território de uma forma equilibrada, concentrando-se nas áreas onde é maior a concentração urbana e industrial.

A Baía de Sepetiba, que já se encontra bem próxima ao distrito industrial de Santa Cruz, e que se prepara agora para receber mais uma grande leva de megaprojetos industriais, constitui uma dessas zonas onde os níveis de poluição atmosférica são bem elevados (e tendem a aumentar).

Muitos estudos já demonstram o impacto da siderurgia e de seus rejeitos industriais sobre o ar e a saúde pública: aumento das doenças respiratórias, dos casos de câncer e de micoses e outras doenças dermatológicas. Esses impactos dão-se em duas escalas: a primeira sobre os moradores próximos ao empreendimento industrial, que são os que mais sofrem com a poluição atmosférica e com os dejetos industriais; a segunda sobre a população residente em um raio mais amplo, como a cidade ou mesmo o estado do Rio de Janeiro.

Neste sentido, é importante termos em mente que a TKCSA será a maior siderúrgica da América Latina e que

2 Esta seção do texto foi escrita tendo por base o texto de Bruno Milanez intitulado A Siderurgia e seus Potenciais Riscos à Saúde, produzido para a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

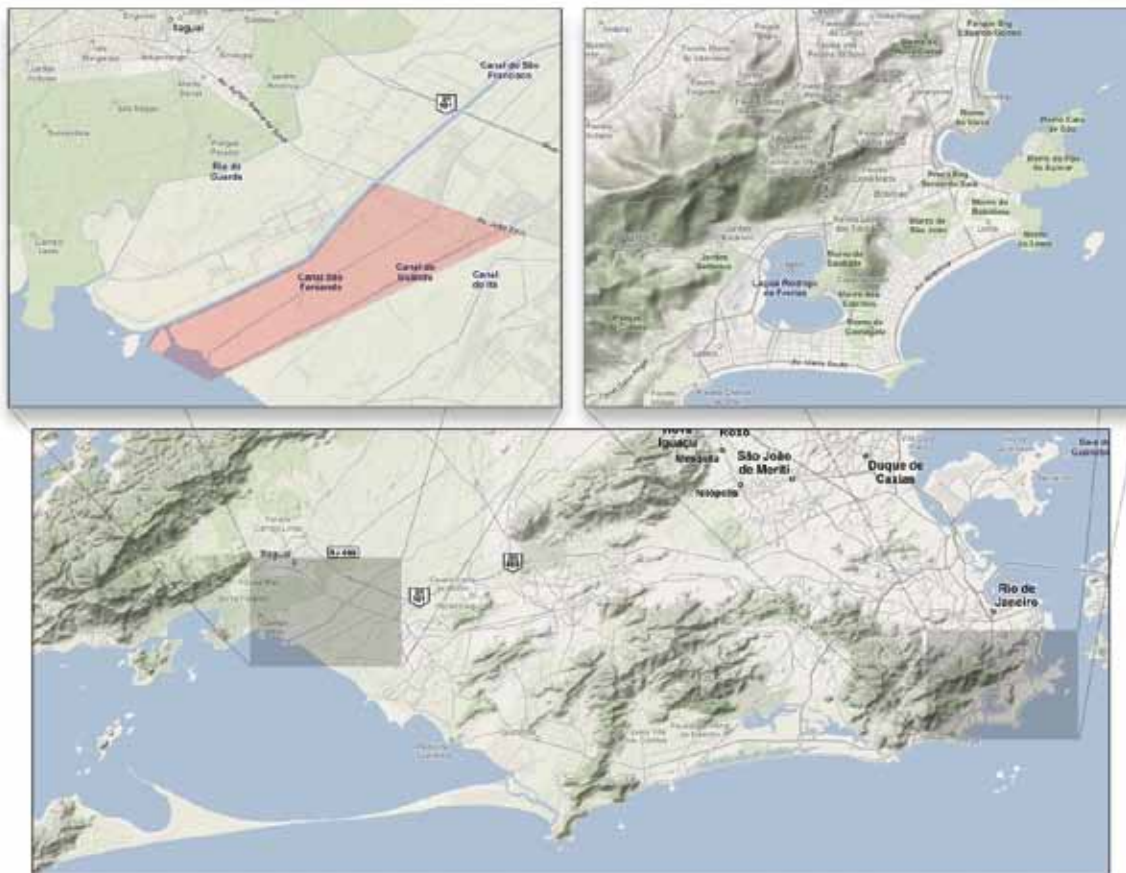
a ela somam-se outros inúmeros empreendimentos industriais que já estão em funcionamento e que será instalados na Baía de Sepetiba. Os impactos desses empreendimentos sobre a saúde da população deveriam ser analisados de forma simultânea e não de forma isolada para cada empreendimento industrial.

As indústrias siderúrgicas produzem uma série de resíduos que podem afetar seriamente a saúde das pessoas que estão ou circulam próximas às suas instalações. As siderúrgicas, em todo o seu processo produtivo produzem resíduos sólidos, resíduos líquidos e uma série de poluentes atmosféricos.

Os resíduos sólidos produzidos são inúmeros, todos com toxicidade variada. Um dos mais perigosos é o pó de balão, que possui elevadas quantidades de fenóis, resíduo perigoso, cuja exposição no curto prazo pode causar irritação do sistema respiratório e dores de cabeça. No médio e longo prazo, a exposição crônica a baixas quantidades aumenta o risco de desenvolvimento de câncer no sistema respiratório, problemas cardíacos e complicações no sistema imunológico.

Os efluentes líquidos são resultantes do sistema de resfriamento e de tratamento dos gases da fabricação do coque e apresentam níveis elevados de amônia, benzeno e outros. O tratamento deste material requer a construção de estações de tratamento dos efluentes líquidos, reservando grande cautela para o destino do lodo dessas estações, que possuem grandes concentrações de metais pesados.

Os poluentes atmosféricos têm impactos em diversos níveis, desde uma escala mais ampla, global, acelerando o processo de aquecimento global; regional, causando chuva ácida; e local emitindo poluentes perigosos como o benzeno e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs).



Destes, um dos mais perigosos é o benzeno. Ele é um líquido incolor, volátil e altamente inflamável que é liberado sob a forma de gás no processo de transformação do carvão em coque. A exposição aguda ao benzeno pode resultar em toxicidade neurológica e sua ingestão pode causar toxicidade do sistema digestivo e nervoso. A exposição crônica pode gerar toxicidade para o sangue, incluindo anemia (insuficiência de glóbulos vermelhos), leucopenia (insuficiência de glóbulos brancos) e trombocitopenia (insuficiência de plaquetas). Além disso, há propensão também a gerar leucemia. Muitas das HPAs podem causar câncer ou mutações, pois são capazes de reagir com o material genético que forma o núcleo das células.

Os efeitos sobre a saúde da siderúrgica são ainda potencializados se considerarmos que a planta industrial está localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, a 60 km do centro da cidade. De carro, pode-se chegar às obras em, no máximo, 1 hora. Essa proximidade, somada a ação dos ventos litorâneos, determina que em particular os poluentes atmosféricos cheguem facilmente a um dos mais populosos centros do Brasil. O centro da cidade do Rio de Janeiro é o local que concentra a maior parcela da população carioca e fluminense e onde ficam também o centro financeiro e importantes pontos turísticos da região.

Se levarmos em conta que a TKCSA a maior siderúrgica da América Latina e que 40% da população do Rio de Janeiro se concentra no centro da cidade (cerca de 2,5 milhões de pessoas), podemos deduzir os riscos deste projeto sobre a saúde da população. Deveríamos, para isso, considerar o exemplo da cidade de São Paulo: cerca de 10% das internações de crianças em hospitais são por motivo de doenças respiratórias e 9% das mortes de idosos estão ligadas à alta concentração de partículas suspensas na atmosfera, grande parte resultante de atividades mineradoras e industriais.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DA TKCSA

O parecer da FIOCRUZ que analisa sob a perspectiva da saúde pública e da saúde ambiental o RIMA da TKCSA destaca que a fragmentação da avaliação do empreendimento, ignorando a possibilidade de exposição cumulativa e simultânea da população a diferentes poluentes, determina que se subestime os riscos aos quais as pessoas ficarão expostas por conta da indústria.

No RIMA, as diferentes unidades que compõem o complexo siderúrgico da TKCSA são analisados e licenciados em processos distintos, em particular a unidade produtora de cimento, a termelétrica e o trecho ferroviário. Entre os componentes os que possuem maior efeito potencial sobre a saúde da população e o meio ambiente são as unidades de produção da usina, a termelétrica a carvão mineral e a unidade de produção de cimento. Além de consumirem enormes quantidades de água essas unidades emitem uma grande quantidade de poluentes atmosféricos.

Segundo os técnicos, ainda que do ponto de vista produtivo os diferentes componentes do complexo possam ser analisados separadamente, os impactos sobre a saúde da população e o meio ambiente devem ser analisados de forma integrada pois: 1) a exposição das pessoas aos poluentes dá-se de maneira simultânea e cumulativa; 2) a possibilidade de processos de reação no meio ambiente entre diversas substâncias. Além das pessoas naquela região estarem expostas às emissões de todas as unidades industriais da região de maneira simultânea, deve-se considerar nas análises que os efluentes e as emissões após serem emitidos podem se combinar, reagindo entre si e com o ambiente, algumas tendo os seus efeitos amplificados ou potencializados.

Na Baixada Fluminense, região que como a Baía de Sepetiba tem um importante pólo industrial, em setembro de 2009, o INEA (Instituto Estadual do Ambiente) multou a Reduc (Refinaria Duque de Caxias) por suas emissões e estuda inclusive a instituição de um rodízio entre as indústrias que se concentram na região. Desde 2004, a poluição atmosférica em Duque de Caxias atinge um pacto 150 vezes superiores ao limite aceitável pela regulação, causando tosse, asma, bronquite, doenças do coração, irritação das mucosas e prejuízos aos pulmões. As fontes das emissões seriam os carros, pela proximidade a importantes corredores viários e a concentração de indústrias (Folha de São Paulo matéria Órgão Ambiental do Rio estuda rodízio de indústrias para reduzir a poluição do ar, dia 09/09/2009).

Assim, os danos envolvidos na construção da TKCSA, não se resumem aos impactos locais, tendo abrangência ampliada e colocando em risco toda a população do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba. Esses megaempreendimentos destroem o meio ambiente e ecossistemas importantíssimos para a manutenção da diversidade biológica do estado, um bem público e patrimônio de todos; contribuem com a poluição atmosférica e; representam um enorme risco à saúde pública.

HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA TKCSA

No local onde se instalou a empresa viviam setenta e cinco (75) famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Elas já estavam acampadas há cinco anos e retiravam o sustento da produção agrícola. Com o andamento dos planos de instalação da indústria, essas famílias foram expulsas e/ou intimidadas a deixar a região. Muitas delas encontram-se atualmente em locais distantes e sem as mínimas condições para uma vida digna e sem receber nenhuma indenização pela sua remoção.

Quando a empresa chegou à região, as famílias foram pressionadas a deixar seus lotes de produção. Diante das ameaças e intimidações, passaram a negociar com o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico uma solução para o impasse a que estavam submetidas. As famílias estipularam como condição para a saída, o reassentamento em outra área da região com dimensão e condições agronômicas favoráveis ao desenvolvimento agrícola como as que eram encontradas no antigo acampamento. No período de negociação, a TKCSA já tinha acesso aos terrenos ocupados pelas famílias para realizar estudos de solo. A empresa logo tratou de cercar a área, impedindo o acesso das famílias, e de construir uma estrada, apesar dos transtornos que estas atividades geravam para as famílias naquele momento.

Passado quase um ano em negociações sem que o governo do estado do Rio tivesse adquirido áreas para o reassentamento das famílias, acentuou-se o processo de pressão psicológica com ameaças de seguranças da empresa e autoridades estaduais sobre as famílias. Sob essas circunstâncias, as famílias cederam e aceitaram sair da área sem a compra prévia do novo terreno e sem que fossem reassentadas definitivamente. Uma das exigências das famílias era a indenização pelas plantações e investimentos realizados.

Porém, ao longo das negociações, a avaliação das plantações pelo poder público ficou muito abaixo das expectativas dos acampados. Para que se tenha uma noção dos cálculos implementados na época, na avaliação de culturas, uma caixa de produtos foi avaliada pelo Estado em R\$ 8,30. Contudo, o preço real desse produto no mercado era de R\$18,00. Assim, o valor calculado pelo Estado não cobriria nem os custos de produção e nem os investimentos das famílias. A última proposta encaminhada pelo governo às famílias, ainda previa o pagamento desta indenização de forma parcelada, comprometendo-se a pagar metade do valor cinco dias antes da transferência das famílias para a nova área, e o restante em quatro parcelas.

Recentemente, o governo estadual comprou uma área para assentar as famílias na Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu. As famílias ainda enfrentam situações precárias de moradia.

OS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO DA TKCSA

A Thyssen Krupp Steel é uma das maiores companhias siderúrgicas do mundo, com um faturamento anual de 39 bilhões de euros. As empresas Thyssen e Krupp se uniram em 1998 para ganhar força no mercado. Ambas eram gigantes do setor siderúrgico alemão, com mais de um século de tradição: a Thyssen foi fundada em

1811 e a Krupp, em 1867. Em todo o mundo, a Thyssen Krupp emprega 184 mil trabalhadores. No Brasil, emprega cerca de nove mil trabalhadores, distribuídos em 22 subsidiárias espalhadas pelo país, que são a base de operações do grupo empresarial na América do Sul.

A Vale, atualmente detentora de 26,85% do projeto, é considerada uma das maiores mineradoras do mundo. Trata-se de uma empresa global, com sede no Brasil, com mais de 100 mil empregados. A empresa produz e comercializa minério de ferro, pelotas, níquel, concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. Realiza também atividades em mineração, com investimentos em pesquisa mineral e novas tecnologias. Entre seus maiores diferenciais, resultando na redução de seus custos operacionais, está a atuação e a expertise acumulada como operadora logística que favorecem o escoamento de sua produção. Uma de suas principais estratégias é fazer com que a produção ganhe o mercado global, encurtando distâncias e criando corredores de exportação em regiões estratégicas.

Ao longo de sua história, a Vale vem apresentando uma relação muito próxima com o Estado brasileiro, havendo casos de suspeita de troca de informações e de rodízio de cargos entre funcionários do alto escalão do governo e a mineradora.

MANIPULAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

As audiências públicas são uma exigência da legislação ambiental brasileira para a concessão das licenças. Elas teriam o potencial de ser um importante instrumento para as comunidades e a sociedade civil organizada exporem os problemas que o projeto poderia causar. Porém, na prática, a manipulação da participação

social durante as audiências prejudicou seu caráter democrático e a sua efetividade no caso da TKCSA.

Nas três Audiências Públicas realizadas em 2006 como parte do processo de licenciamento ambiental, a empresa “mobilizou” diversos ônibus com pessoas provenientes de áreas pobres, inclusive externas à Baía de Sepetiba. Estas pessoas foram remuneradas para apoiar o empreendimento, levando faixas e cartazes que exaltavam a “geração de empregos”, o “progresso” da região. Em contraponto, era também grande a presença de seguranças privados e armados ameaçando os que se opunham ao empreendimento. As audiências foram realizadas em áreas que tradicionalmente sofrem com a ação de grupos de milicianos.

Em muitos momentos das audiências, como ficou claro em Itaguaí e em Mangaratiba, houve tumulto, com agressões físicas e um visível acirramento de conflitos entre os segmentos que estavam a favor da empresa e aqueles que se colocaram críticos. De um lado, dirigentes de algumas entidades de pesca, ONGs e líderes comunitários cooptados e financiados pela empresa em alguns projetos pontuais. De outro, pescadores e ecologistas, prejudicados pelas obras da TKCSA.

Essa intimidação, coação e violência psicológica, provocou um esvaziamento das audiências públicas por parte de moradores locais que temiam um maior conflito. Durante as audiências, que foram comandadas pela empresa, os que se mostravam contrários ao projeto quase não tiveram oportunidade de expor seus argumentos ou fazer perguntas à empresa. As assembleias eram manipuladas de forma a reduzir a visibilidade dos impactos e das irregularidades apontadas.

Inúmeros eventos, workshops, e atos públicos de apoio à instalação da TKCSA na região foram realizados pela empresa, através de ONGs, por universidades privadas e associações comerciais, parlamentares, entre

outros. A cooptação de autoridades públicas (das prefeituras e dos governos estadual e federal, parlamentares e secretários do meio ambiente), de falsas lideranças comunitárias e de pescadores foi recorrente.

Soma-se a isso, a assinatura de “contratos de prestação de serviços” com colônias e associações de pesca locais – algumas “criadas” de última hora apenas para este fim. A cooptação de autoridades públicas (das prefeituras e dos governos estadual e federal, parlamentares e secretários do meio ambiente), de falsas lideranças comunitárias e de pescadores foi recorrente.

CRIMINALIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA

Existem, ainda, muitos riscos a que estão submetidos os pescadores e os ecologistas contrários à TKCSA. Sabe-se da presença de milícias armadas (grupos de extermínio formados por policiais, ex-policiais e matadores de aluguel) que teriam entre seus “donos” ou “gerentes” conhecidos parlamentares de Itaguaí, Mangaratiba e da Zona Oeste do Rio. Na região há crescentes suspeitas de que as milícias controlam e fazem a “segurança” do canteiro de obras. Desta perspectiva, são crescentes os riscos à integridade e à vida, bem como à segurança dos familiares das lideranças pesqueiras, ecologistas e lideranças comunitárias que se opõem ao empreendimento da TKCSA.

Dar visibilidade às denúncias ao mesmo tempo que pode gerar proteção aos ambientalistas e pescadores da região, gera também medo entre essas pessoas, pois aumenta a sua exposição. Isso cria um ambiente vulnerável e de tensão, especialmente nas praias, onde diariamente os pescadores se reúnem para trabalhar, consertar redes e vender o pescado. Nestas ocasiões, é comum ocorrerem conflitos verbais, e ameaças

FALTA DE RESPEITO COM OS PESCADORES

No dia 26 de março de 2008, por volta das 4h30 da manhã, dois pescadores ao voltar da pesca resolveram descansar com seu barco às margens do Canal de São Francisco esperando o dia clarear. O barco encontrava-se sinalizado com bóia, luzes, bateria e refletores. Um barco de nome Guaratuba II, de propriedade da TKCSA, com luzes apagadas e em alta velocidade, foi na direção ao barco dos pescadores que estava parado, tombando-o. O barco foi para o fundo. Um dos pescadores foi socorrido mais tarde por um barco que passava e levado ao Hospital, o outro permaneceu desaparecido.

O local do acidente foi desfeito pela empresa, que apreendeu o barco dos pescadores, levando-o para dentro do canteiro de obras e impedindo os pescadores e seu advogado de verem o barco e nem permite que sejam realizadas buscas no canal em busca do corpo do pescador desaparecido.

A empresa neste momento, por telefone, orientou as famílias a não registrarem queixa na delegacia com respeito ao acidente. O acidente não foi comunicado até o dia 27 de março. O pescador que sobreviveu foi levado pela empresa para um Hospital particular, dando entrada como acidente de trabalho (como se fosse funcionário da empresa). O pescador ou sua família jamais receberam indenização ou qualquer compensação pelo acidente e pelas seqüelas causadas ao pescador sobrevivente (que ficou incapacitado de trabalhar e com problemas mentais).

As buscas só foram implementadas dias depois, sob pedido dos pescadores e seu advogado ao Ministério Público. Neste momento, algumas pessoas que acompanhavam as buscas comentaram terem presenciado a retirada do Canal de São Francisco pelo Corpo de Bombeiros de 4 corpos em decomposição, trajando uniformes como os utilizados no canteiro de obras da empresa e que estavam amarrados e presos no fundo do canal. Segundo os presentes, os corpos foram retirados pelos bombeiros e deixados a espera da Defesa Civil para sua retirada. A atividade de busca que encontrou esses corpos jamais foi registrada. O corpo do pescador não foi encontrado. Importante destacar que em carta enviada ao Ministério Público avisando dos crimes cometidos pela empresa na ocasião do acidente envolvendo o barco da TKCSA e o dos pescadores, mencionava-se a necessidade de investigação a respeito dos acidentes de trabalho que aconteciam dentro do canteiro de obras da empresa e que jamais eram registrados pela mesma. Na carta, o advogado comentava de denúncia feita em reunião com o MP pelas lideranças da pesca do acontecimento de mais de 60 mortes dentro do canteiro de obras por acidente de trabalho.

às lideranças que estão “atrapalhando” os negócios da TKCSA e os acordos feitos com algumas entidades do setor pesqueiro. As ameaças sofridas pelos pescadores tornaram-se cada vez mais constantes e graves, culminando na necessidade de afastamento de uma liderança da pesca da Baía de Sepetiba, sob ameaça de morte. Hoje, este pescador encontra-se refugiado e está sob proteção do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Uma das denúncias mais graves contra a TKCSA foi feita durante audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro pela Comissão de Direitos Humanos, em março de 2009. Na ocasião, pescadores e defensores do meio ambiente e dos direitos humanos acusaram a empresa de contratar milicianos para fazer a segurança de seus canteiros de obras. A empresa alegou completo desconhecimento das acusações, ainda que uma semana antes da audiência tivesse publicado nota paga nos principais jornais alegando que as denúncias de ligação da TKCSA com a milícia era infundada.

Essa ligação da empresa com grupos milicianos na região foi denunciada pelos pescadores e seu advogado ao Ministério Público e outras autoridades locais, em março de 2008, por meio de cartas e comunicados. Em recente comunicação oficial, o advogado Dr. Victor Mattar Mucare solicitou ao Ministério Público Federal/RJ (Procuradores da República Dra. Gisele Porto e Dr. Maurício Manso), no âmbito do Procedimento No. 1.30.012.000035/2006-19, a apuração de denúncias de ameaças contra a integridade dos pescadores. Solicitou que esta instituição tomasse providências imediatas para proteger e garantir a segurança dos cidadãos e pescadores da Baía de Sepetiba.

DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Os pescadores que atuam naquela área da Baía de Sepetiba vêm sendo impedidos de trabalhar porque a empresa instala equipamentos dentro dos rios e porque a grande circulação de grandes embarcações por conta das obras os impede de navegar. Foi construído um enorme terminal portuário que avança cerca de 4km dentro do mar o que impede que os mastros dos barcos dos pescadores passem por baixo da ponte. Assim, para ir de um ponto ao outro os pescadores precisam navegar 8 milhas para contornar a construção e chegar ao outro lado da ponte. A grande circulação de embarcações e rebocadores a serviço da empresa, em grande velocidade, além de causar acidentes nos canais - muitos intencionais como o retratado acima - cria zonas de exclusão de pesca.

Todos esses atos estão violando direitos fundamentais dos pescadores e de outros segmentos da população local –como aqueles que vivem do turismo, cerceando seus direitos de ir e vir (C.F.B. art. 5º, XV). Esta situação caracteriza violação de um dos direitos mais elementares dos pescadores, impedindo-os de trabalhar e de exercer sua identidade social – visto que a pesca está diretamente relacionada à identidade social desses atores. Muitas são as ocasiões em que os seguranças das empresas danificam e inutilizam apetrechos de pesca como redes que são rasgadas propositalmente.

Tudo isso faz parte de um grande processo de intimidação que viola direitos constitucionais essenciais de cidadãos brasileiros e Direitos Humanos assegurados em diversos acordos internacionais dos quais nosso país é signatário.

Ao serem impossibilitadas de exercerem sua principal atividade, estas famílias vêm enfrentando inúmeras dificuldades financeiras e de sociabilização. Elas se encontram impossibilitadas de realizar a principal atividade econômica que as mantinha (a pesca). Ao mesmo tempo, não conseguem se inserir por meio de outras

atividades no mercado de trabalho. Entre os motivos está o não cumprimento da promessa de geração de empregos para a população local por parte da empresa. Além disso, atualmente os moradores não possuem qualificação que permita a inserção em atividades de outra natureza e melhor remuneradas.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

No mês de maio de 2008, o Ministério Público do Trabalho (MPT), em resposta à ocorrência de inúmeras denúncias de violações de direitos trabalhistas pela empresa e desmandos operacionais no canteiro de obras da TKCSA, realizou algumas blitzs em seu canteiro de obras. A instauração de Inquérito Criminal no MPT contra a empresa levou a incursões diárias de fiscais na localidade da Baía de Sepetiba.

Neste sentido é importante destacar como a empresa age ao contratar funcionários. Em primeiro lugar, todas as obras envolvidas na construção da usina são realizadas por empresas empreiteiras terceirizadas que trazem trabalhadores de outras regiões do Brasil para trabalharem como obreiros. Cabe destacar que a vinda destes trabalhadores, sem haver um planejamento por parte do governo municipal, incha os bairros próximos ao canteiro de obras, aumenta a pressão sobre as áreas naturais e acentua processos de favelização. Outra consequência é a inflação dos preços de alugueis e sobrecarrega os serviços públicos de educação, saúde e previdência. Em segundo lugar, segundo relatos ouvidos na região, a empresa, com o objetivo de evitar a consolidação de vínculo empregatício, contrata trabalhadores por um período de no máximo três meses em cada empreiteira. Como resultado, temos uma grande precarização do trabalho. Importante também destacar que, ainda que a empresa terceirize suas contratações, ela deveria ter responsabilidade sobre toda a sua cadeia produtiva e, portanto, fiscalizar e acompanhar o trabalho de suas empresas terceirizadas.

Na primeira visita, a Procuradoria do Trabalho interditou as obras da TKCSA por irregularidades como ausência de condições de segurança no trabalho e EPI (Equipamentos de Proteção Individual). Dias depois, o MPT retornou ao canteiro de obras para outra blitz e constatou que as irregularidades continuavam. Na ocasião, promoveu a interdição das obras da TKCSA por violação de cláusulas trabalhistas e de segurança no trabalho. Ficou determinado, posteriormente, que a TKCSA comparecesse ao MPT para assinar TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, sob pena de multa. A empresa fez um acordo no dia 12 de junho com o MPT. Entre as obrigações impostas estavam a existência e funcionamento até o término da obra de serviço especializado em engenharia e segurança e em medicina do trabalho, elaboração de programas de condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção civil e de controle médico e saúde ocupacional e a obrigatoriedade do uso de equipamentos de segurança, bem como a não permissão do ingresso ou permanência de trabalhadores nas frentes de trabalho que não estejam assegurados pelas medidas de segurança elencadas nas normas de segurança. Além disso, a Thyssen Krupp deverá exigir das empresas contratadas e subcontratadas instalações sanitárias, vestiários, refeitórios e ambulatórios.

As denúncias dos pescadores e da comunidade da Baía de Sepetiba a respeito de acidentes dentro do canteiro de obras e do aumento de desempregados na região por conta das obras da empresa continuaram. No dia 13 de agosto de 2009 o Jornal o Dia, noticiou a existência de trinta homens contratados por uma empreiteira para trabalhar na TKCSA. Eles estavam há dois meses sem receber salários, vivendo em condições precárias num alojamento em Itaguaí. Os trabalhadores, a maioria mineiros e paranaenses, tinham apenas uma refeição por dia doada por uma comerciante da região. Além disso, esses trabalhadores relataram que não conseguiam retornar para suas casas por falta de dinheiro para a passagem. Alguns encontravam-se inclusive doentes.

Trabalhadores sem salário e com uma refeição por dia

Moradores de outros estados, eles não conseguem voltar para casa

AMANDA PINHEIRO
amanda.pinheiro@odianet.com.br

Trinta homens contratados por uma empreiteira para trabalhar na ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), em Santa Cruz, estão há dois meses sem pagamento — alguns têm apenas uma refeição por dia — e vivem em condições precárias em um alojamento, em Itaguaí. Os trabalhadores, mineiros e paranaenses, contaram que há dias ninguém da empresa, a Precisa, aparece no canteiro de obras. Há três dias, eles cruzaram os braços.

No local onde dormem faltam camas, água limpa e produtos de higiene pessoal. Há

dois doentes que não têm como comprar remédio. Para evitar a entrada de insetos, barreiras são improvisadas no vão das portas.

A siderúrgica contratou a empresa Brafer para erguer estruturas metálicas de alumínio do complexo que está em construção na Zona Oeste. A Brafer terceirizou o serviço para a Precisa. O restaurante contratado pela Brafer ainda fornece refeições aos serralheiros. Mas não sabe até quando. "Alimento a maioria por pena. Nem todos estão no contrato, mas sei que aqui é o único lugar onde eles podem comer", disse Silvana Augustin, dona do restaurante.

Mineiro de Ouro Branco, Renato Gomes, 25 anos, conta que foi contratado pela Precisa para ganhar R\$ 940 por mês. A promessa incluía hospedagem e ajuda de custo para visitar sua cidade a cada 2 meses. "Não posso ficar sem salário. Tenho três filhos esperando esse dinheiro. Graças a Deus que ainda podemos almoçar", desespera-se Renato.

A maioria dos serralheiros foi contratada em junho. Alguns paranaenses voltaram para casa após a interrupção do pagamento. "Alguns passam o dia com uma só refeição. Não temos dinheiro nem para ir embora", desabafou Davi Silva, 40, de Venceslau Brás (PR).



Os 30 trabalhadores vieram de MG e PR: promessa de R\$ 940 por mês

Alerj investigará a denúncia

► A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio vai investigar os maus-tratos aos trabalhadores.

Em nota, a ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico informou que mantém em dia os pagamentos à Brafer. O advoga-

do da Brafer, Fernando Teixeira, afirma que a empresa remete à Precisa, sem atrasos, o valor combinado pelo serviço. E acrescentou que a Brafer providenciará melhores condições de moradia aos operários. Ninguém da Precisa foi encontrado para responder às denúncias.

EXPLORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESTRANGEIRA

Com o argumento de “geração de empregos”, “desenvolvimento” e “progresso” no Brasil, omite-se que no projeto a maioria dos empregos gerados no empreendimento nas fases de construção e operação virão do exterior. Ao mesmo tempo, pelos impactos que vem provocando na região, a multinacional alemã já está prejudicando e tirando renda e trabalho de cerca de 8.070 pescadores artesanais e de boa parte da população local que vive do comércio e de serviços.

As ocorrências observadas nesta área demonstram que a principal propaganda da empresa ao se instalar na região, a geração de empregos, não passaria de uma estratégia vazia de marketing que não guardaria correspondência na realidade. A geração de empregos foi mensurada em 18 mil cargos durante a instalação, e 3.500 empregos diretos na fase posterior de operacionalização. No entanto, em outubro de 2009 a empresa já reduziu os empregos esperados para 2.500. Na verdade, no lugar de contratar pessoas da região, com o objetivo de reduzir seus custos com a mão-de-obra, a empresa vem contratando sistematicamente imigrantes, principalmente chineses e nordestinos.

A necessidade de mão-de-obra especializada poderia funcionar como justificativa em favor do recrutamento de mão-de-obra estrangeira. Porém, os trabalhadores contratados realizam atividades que não exigem nenhuma especialização. O fato destes trabalhadores não possuírem relações sociais consolidadas no local das obras implica uma vantagem para a empresa, visto que possuem uma menor capacidade de articulação e mobilização. Em contrapartida, há menor probabilidade de reivindicações com relação às condições de trabalho, como o respeito às leis trabalhistas, e de moradia.

Desde do início das obras, a empresa vinha tentando junto ao governo federal trazer 3 mil operários chineses para trabalhar em seu canteiro de obras. A empresa aproveitava-se nesta ocasião do baixo custo destes trabalhadores e desrespeitava os mais elementares direitos dos imigrantes. A vinda dos chineses faria parte de um contrato firmado entre a Thyssen Krupp e a China International Trust & Investment Corporation (Citic). Eles trabalhariam como pedreiros, atividade considerada não especializada. Contudo, segundo notícia do Globo de 19/08/2008 a empresa teria conseguido autorização para apenas 600 trabalhadores chineses.

Em setembro de 2008, segundo reportagem de Cássia de Almeida do dia 13 de agosto de 2008, veiculada num jornal brasileiro, O Globo – caderno de economia, O Ministério Público do Trabalho entrou com uma nova Ação Civil Pública contra a empresa. A fiscalização do Ministério Público do Trabalho encontrou nas instalações da TKCSA 120 chineses, sem registro e sem contrato de trabalho, trabalhando como pedreiros.

O FIM DA PESCA

As atividades de dragagens, as obras da empresa, o aumento da circulação de grandes navios na Baía e canais -aumentando a área de exclusão da pesca - e a contaminação das águas e dos peixes por metais como o Cadmio, Chumbo e Zinco vêm impedindo os pescadores da região de exercerem a atividade da pesca. Segundo confirma a reportagem do Globo, de 10 de agosto de 2008, os peixes vêm desaparecendo da região, colocando em situação de maior vulnerabilidade famílias inteiras que dependem da pesca e do turismo para sobreviver.

Por outro lado, a FAPESCA (Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro) possui projetos para a região que poderiam criar inúmeros postos de trabalho –cerca de 20.000, como os de

maricultura e baseados na pesca artesanal. O turismo é outra importante indústria que poderia gerar um intenso dinamismo econômico na Baía de Sepetiba, possibilitando um padrão de desenvolvimento menos concentrador de renda e oportunidades.

Nenhum desses projetos foi levado em consideração quando a empresa foi instalada na região, nem pela TKC-SA, nem pelos governos. Atualmente, não só a quantidade de peixes diminuiu, mas também a variedade destes peixes. Muitos pescadores da região já se mudaram e abandonaram suas casas e a pesca, outros permanecem na Baía, mas vivem de “bicos” trabalhando em obras ou em outras atividades temporárias.

DETERIORAÇÃO DO TECIDO SOCIAL LOCAL

A pesca, que antes era uma profissão valorizada, passada por herança entre os membros de uma mesma família e forte componente da identidade social, atualmente não é mais orgulho e vem sendo abandonada pelas famílias como meio de vida. Os pais possuem outras perspectivas para os filhos, que também rejeitam a vida na pesca.

Segundo a FAPESCA, significa uma redução de 70% na renda familiar. Segundo reportagem publicada em 31 de maio de 2008 no Dia on line, em todo o estado do Rio de Janeiro pescadores estariam ameaçados pela poluição e correndo o risco de se tornarem refugiados ambientais.

Portanto, a principal identidade social destas famílias, a de pescadores artesanais, se deteriora pouco a pouco, obrigando-as a abandonar a profissão e, muitas vezes, a própria região.

CONTAMINAÇÃO DE TODA A VIDA MARINHA

Muitas são as evidências de que a contaminação química da Baía já afeta a fauna marinha e a saúde pública da região. Produtos químicos como cádmio, zinco e chumbo vazaram em grande volume da falida Ingá Mercantil em sucessivos desastres nos últimos 20 anos. A cada nova dragagem e com as obras de instalação da TKCSA na Baía de Sepetiba esses metais pesados, antes assentados no assoalho oceânico, são revolvidos.

Segundo o biólogo Antônio Gomes da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), em reportagem ao jornal O Dia de dia 31 de maio de 2008, Caderno Rio, já teriam sido encontrados na região peixes com deformações. Estas deformações poderiam ter relação com o grau de contaminação das águas pelos metais pesados. Em seu trabalho, o biólogo teria percebido alterações no tamanho de olho de alguns peixes, a ocorrência de espécimes cegos e com protuberâncias que poderiam ser tumores. Pela contaminação, se consumidos regularmente, os pescados dessa região podem vir a causar problemas digestivos e até câncer.

CRIMES AMBIENTAIS

Desde o início da dragagem da TKCSA, a transformação do ambiente e sua deterioração são visíveis. A empresa transformou canais que deságuam na Baía de Sepetiba em efluentes de dejetos oriundos do processo de dragagem, acelerando também a degradação da bacia hidrográfica que compõe uma biota singular, e que mantém todo equilíbrio ecológico da baía. Descreveremos abaixo alguns dos principais crimes cometidos contra a natureza.

Foto: MPF



Foto: Ibama



Foto: MPF



Foto: Fórum de Meio Ambiente do Trabalhador

Os impactos das dragagens: Em operação, as dragas promoveram a destruição e morte de espécies marinhas, sugadas pelos tubulões. Incluem-se aí até mesmo espécies em período de defeso, como camarão e sardinha. Dentre as espécies que vêm sendo impactadas, temos: tainhas pescadinhas, corvinas, robalos, mariscos, siris, anchovas, e outras. Em terra, a devastação ambiental tem conseqüências sobre capivaras, gambás, serpentes de várias espécies e ameaçados de extinção, como jacaré do papo amarelo, a paca e o rato do bambu. É importante lembrar que a área onde a usina e o porto estão sendo instalados era de manguezal, considerada de preservação permanente.

Desrespeito à legislação ambiental: Desde o início das atividades de implantação e planejamento da obra, o EIA-RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento violava a Lei Federal No. 7661/88. E também o Decreto de regulamentação No. 5.300/2004 (Gerenciamento Costeiro), que determina que o licenciamento de empreendimentos na zona costeira seja realizado exclusivamente pelo órgão ambiental federal o IBAMA. Não pelo órgão estadual FEEMA, como foi realizado o da TKCSA.

Além disso, a obra encontra-se embargada oficialmente desde dezembro de 2007 (Relatório de Fiscalização No. 236/2007 de 27/01/2007 e Auto de Infração No. 512869 de 20/12/2007 do IBAMA). Estes documentos determinam o embargo das obras devido à ocorrência de desmatamento de vegetação de manguezal (considerada Área de Preservação Permanente) sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, com a aplicação de multa de R\$ 100 mil, bem como denuncia a existência de irregularidades na Licença de Operação (LO) da FEEMA, que trata da dragagem feita pela empresa na Baía de Sepetiba.

RELATÓRIO DO GATE

Junto ao Ministério Público Estadual da Capital está em andamento o Proc. MPRJ No. 2005.001.001.52122.00 (IC No. MA 3098) que apura se a implantação dos empreendimentos da TKCSA estão sendo construídos em conformidades com o apresentado no EIA/RIMA e no Plano Básico Ambiental.

Em vistoria realizada nas obras da TKCSA, nos dias 13 e 14 de agosto de 2007, pelos Técnicos Periciais do GATE (Grupo de Apoio Técnico Especializado) do MPE, foram constados danos ambientais relevantes e várias não-conformidades ambientais, todas documentadas através de registro fotográfico. Na vistoria realizada pelo GATE observou-se a realização de algumas modificações no recebimento do material dragado para aterro e a bacia de decantação, trazendo como consequência, além do aumento da área destinada à sedimentação, danos aos ecossistemas previstos como área de preservação de terrenos da Mata Paludosa, Brejo e Manguezal. Nenhuma dessas alterações nos projetos da empresa tinha autorização legal.

Traçado da ponte: No que concerne ao estudo de alternativas potenciais para o traçado da ponte de interligação do terminal portuário ao píer, o GATE registrou que o trecho escolhido para o traçado da ponte pela TKCSA teria sido a pior opção para aquela área. Ele prejudicaria uma parcela significativa do manguezal, área representada por um bosque denso onde o mangue vermelho de grande porte já ocupou grande área. Isso sem a autorização prévia do órgão ambiental competente.

Contaminação dos solos e água na Baía de Sepetiba: A empresa retirou cerca de 21.810.000 m³ de lama contaminada do fundo da Baía e do Canal São Francisco com o objetivo de aumentar a sua profundidade e permitir o acesso aos navios. Parte deste material contaminado está no canteiro de obras da empresa para o aterro do terreno onde se erguerá a usina. Os impactos e os riscos de que este material contamine o solo e os lençóis



freáticos são enormes. Outra parte do material retirado pela empresa do fundo do mar – aproximadamente 200.000 m³ de lama- foi disposto em Confined Disposal Facility (CDF), enormes cavas ou fossas enterradas no fundo da Baía. O local corresponde a uma área de costumeiras manobras de navios e embarcações o que eleva-ria o risco de rompimento dessas covas.

A utilização desta tecnologia põe em risco todo o ecossistema local, especialmente se levarmos em conta que trata-se de uma Baía fechada e repleta de ecossistemas raros como a Mata Atlântica e o manguezal. Neste sentido, seriam necessárias tecnologias mais seguras para tratar o material contaminado. Tecnologias essas que nem sequer foram consideradas pela empresa, como o encapsulamento ou a disposição final do material em aterros industriais licenciados.

Lançamento dos efluentes da usina termelétrica: O estudo de modelagem matemática que serviu de base para definir o arranjo de captação e lançamento da água de resfriamento da usina termelétrica - UTE - da TKCSA foi precário. Em face do exíguo prazo para a execução dos serviços não teriam sido coletados e realizada a mensuração de dados para calibrar ou validar os modelos de análise. O sistema de modelos adotado se baseou nas informações de um projeto PEC3797B de 2004.

Os técnicos da TKCSA defendem que não haveria necessidade de utilização de equipamento para refrigeração do efluente da UTE, e que o volume captado (18 m³/s) seria integralmente devolvido ao Canal de São Francisco. Estes argumentos, contudo, foram contestados pelos técnicos do GATE.

Validades das licenças prévias: Na vistoria foi constatada que a localização dos canteiros de obras para a construção do terminal portuário e da ponte de acesso não estavam descritos e previstos anteriormente nos documentos que embasaram o licenciamento.

O relatório ressalta que um dos canteiros de obras encontrava-se dentro da Faixa Marginal de Proteção (FMP) e na região do manguezal, áreas que não deveriam ser degradadas, mesmo que temporariamente, por se tratarem de APP- Área de Preservação Permanente.

Programa de manejo da avifauna: O GATE conclui que a TKCSA ainda necessita apresentar informações e resultados obtidos com o programa dirigido ao manejo da avifauna. Quando os técnicos avaliaram as condições da área durante as vistorias perceberam que havia um grande vazio conceitual nas ações de controle ambiental da empresa. Na ocasião, constataram o afogamento de brejais, manguezais e mata paludosa, bem como o lançamento de material lenhoso, troncos das árvores de mangues, no interior do bosque destruído com a instalação da ponte de interligação com o píer.

Programa de monitoramento das comunidades aquáticas: Em seu relatório, o GATE ressalta que haveria a necessidade de definir os diferentes grupos de comunidades aquáticas será serem estudados no momento anterior à implantação do empreendimento. Outro estudo deveria ser feito depois, já no momento de operacionalização efetiva. Isso seria importante, pois permitiria a medição das variações à medida que as intervenções das obras ocorressem. Ou seja, a observações dos impactos das obras nas comunidades aquáticas. O GATE aponta ainda que a empresa deveria fazer o acompanhamento da diversidade da carcinofauna do manguezal.

Programa de monitoramento e preservação dos manguezais: O GATE é claro em seu relatório que o cronograma do empreendimento com relação ao monitoramento e preservação dos manguezais apresentavam-se vagos, com atividades que não possuiriam prazos definidos de execução. Ressalta-se que a metodologia para o estudo de macroalgas necessitaria de maior refinamento, pois o acompanhamento nas parcelas da vegetação propostas não parecia representar a realidade local.

Programa de compensação pela exclusão da atividade de pesca: O GATE reconhece que haveria incoerência nas informações apresentadas, com a observância, inclusive, de contradições no que concerne às alternativas ou formas de compensar, pela interferência das obras e da usina, pescadores artesanais da Baía.

Modificações no Canal de São Fernando: Foi constatada que a empresa, em suas obras, teria destruído por completo o canal de São Fernando. O GATE questiona também se haverá reflorestamento da Faixa Marginal de Proteção visando à mitigação dos impactos ambientais. Caso não haja esse reflorestamento, esta área responderia a mais uma das áreas degradadas sem mitigação e com necessidade de compensação ambiental.

Recai sobre a Baía de Sepetiba uma “MALDIÇÃO”. Digo isso ao tentar retratar todo o sofrimento experimentado por toda comunidade de pescadores do entorno da Baía de Sepetiba, especialmente após o início das obras de implantação da Cia. Siderúrgica do Atlântico.

Talvez uma das mais antigas, ou se não a mais antiga das profissões do homem, a de “Pescador”, esteja em extinção na Baía de Sepetiba. Atrelado a isso, a desagregação familiar, a deterioração do tecido social e de uma cultura secular, recebida em forma de herança desde o século XVI, início da ocupação deste território.

Que futuro terá nossa região sem esses valores culturais e morais? Nossas comunidades não aprenderam a viver de outra forma, senão em harmonia com um ambiente preservado, que é a base de sustentabilidade do nosso modo de vida.

Há muito a dizer, muito mais a fazer. Mas agora é preciso lutar. Fico com as palavras de um velho pescador, que por acaso era meu avô: “Nós não escolhemos ser Pescadores. Somos escolhidos para ser Pescadores”.

Marcos Garcia - Pescador da Baía de Sepetiba

O FINANCIAMENTO PÚBLICO AO EMPREENDIMENTO

A planta industrial em construção teria investimento, conforme aprovado em setembro de 2006, de € 3 bilhões, aproximadamente R\$ 8 bilhões. Em maio de 2008, a empresa elevou a previsão de investimentos para uma faixa entre 3,5 a 3,7 bilhões. Segundo notícia veiculada no dia 15 de agosto de 2008 (O Globo e Estado de São Paulo), por conta de atrasos nas obras, aumento no preço de máquinas e equipamentos e outros custos, o orçamento do projeto foi elevado para 4,5 bilhões. É considerado o maior investimento estrangeiro privado feito no Brasil nos últimos 10 anos e o maior projeto do setor siderúrgico no país.

Boa parte deste investimento é financiado com dinheiro público, seja por meio de fartas isenções fiscais seja por financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Banco também financiará parte das atividades de responsabilidade social da empresa, num montante estimado em R\$ 10,5 milhões. Adicionalmente, o BNDES aprovou financiamento de R\$ 1,48 bilhão destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, obras civis, instalações e montagens associadas que correspondem a 18% do investimento total do projeto.

Além disso, o terreno sobre o qual a empresa está sendo construída foi concedido pelo governo estadual. A TKCSA também foi dispensada do pagamento de tributos municipais (ISS) e estaduais, por cinco e 12 anos respectivamente. Estima-se em mais de US\$ 150 milhões o montante das isenções de ICMS.

Falsificação de assinaturas: Os técnicos do GATE afirmam que, dentre os documentos que embasaram o licenciamento apresentados pela empresa no momento da vistoria, haveria assinaturas escaneadas e falsificadas. Algumas assinaturas, inclusive, nem mesmo corresponderiam ao nomes descritos no documento.

ENCONTRO COM O BNDES

Desde que as dragagens da TKCSA começaram na Baía de Sepetiba, em setembro de 2006, as organizações que se opõem ao empreendimento vêm tentando abrir um canal de diálogo com o BNDES e com a própria empresa. Dessas ações, poucos resultados foram efetivamente obtidos.

Em 2007, após ato público de protesto em frente do BNDES, foi realizada na sede do banco uma reunião entre uma comissão de representantes dos pescadores e movimentos sociais do Rio de Janeiro e funcionários do banco. Estavam presentes na ocasião os advogados Victor Mucare, Carlos Jung, o ambientalista Sergio Ricardo, os pescadores Luís Carlos (APESCARI), Ivo Soares (AAPP-Guaratiba), André (CONFAPESCA E FAPESCA-RJ) e Marcos Garcia (FAPESCA-RJ e ABIT). O objetivo era denunciar as irregularidades e os impactos ambientais e sociais que as obras da TKCSA vinham ocasionando na Baía de Sepetiba e solicitar a interrupção do financiamento do BNDES até que as irregularidades fossem corrigidas e os impactos solucionados. Na época, tendo em vista as denúncias, o banco chegou a suspender o financiamento por um período de nove meses. Mas depois disso, e sem que nada fosse efetivamente corrigido, o financiamento teve continuidade.

Já em 2 de outubro de 2008, munidos de toda a documentação a respeito do caso e das irregularidades e crimes da TKCSA, representantes do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), da Rede Brasil, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), e de associações de pescadores da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no âmbito da Plataforma BNDES, reuniram-se na sede do BNDES para solicitar novamente a suspensão do financiamento de R\$ 1,48 bilhão à Companhia.

Nesta ocasião as denúncias e as provas dos crimes cometidos pela empresa foram entregues ao presidente do BNDES Luciano Coutinho e ao Ministro do Desenvolvimento Paulo Bernardo. Também foi estabelecido contato com a equipe responsável dentro do BNDES pelo projeto, bem como com a ouvidora do banco. Nenhuma providência foi tomada.

ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Estima-se que o não pagamento por parte da empresa dos Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços corresponda a aproximadamente US\$ 150 milhões por ano. Isso sem contar as isenções fiscais decorrentes do não pagamento da isenção de ISS – Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza, concedida por cinco anos.

A isenção de pagamento de ISS foi concedida pela LEI n.º 4.372, de 13 de junho de 2006. A TKCSA receberia a isenção total de ISS sobre alguns itens e usufruiria da incidência de alíquota especial sobre outros, por um período de cinco anos. No entanto, a isenção ficava condicionada a algumas exigências. Dentre elas a geração de empregos e a realização de programas de capacitação profissional nos níveis básico, médio e superior na área do complexo siderúrgico. O projeto deveria atender anualmente cerca de 500 pessoas da região da Baía de Sepetiba. Adicionalmente, a lei que concedia a isenção obrigava a TKCSA a destinar 25% do valor economizado com a isenção para a elaboração de um Plano Diretor do entorno, prevendo o aumento populacional que o empreendimento causaria, além da recuperação da Baía de Sepetiba.

Nenhuma das condições estipuladas pelo estado foram cumpridas pela TKCSA. Mesmo assim, no início de 2009, é encaminhado à Câmara dos Vereadores do município o projeto de lei nº 1, pelo prefeito Eduardo

Paes, que visava à extensão desses benefícios por mais cinco anos. O novo projeto de lei alterava, ainda, as condicionalidades para a isenção dos impostos, retirando a maioria delas.

Porém, diante do crescimento da visibilidade em relação às irregularidades e às violações cometidas pela TKCSA, o projeto de lei que pretendia ampliar os benefícios da empresa e reduzir seus deveres foi retirado em junho de 2009. Em outubro de 2009 outro projeto de lei nos mesmos moldes foi encaminhado novamente para votação na Câmara dos Vereadores, contudo foi retirado novamente alguns dias depois.

A OPINIÃO DA COMUNIDADE LOCAL

Os moradores da região estão divididos. Parte dos moradores foi seduzida pelas promessas iniciais de emprego e pela idéia de “desenvolvimento”. Mas outra grande parte se opõe à obra e denuncia os impactos que a empresa vem provocando.

Para angariar apoio, a empresa se utilizou de meios antiéticos, “comprando” lideranças e manipulando as audiências públicas que são obrigatórias no processo de licenciamento ambiental. Em 2006, por exemplo, durante as audiências públicas, a TKCSA mobilizou pessoas que nem mesmo moravam na região para participar das audiências públicas, chegando a pagar de R\$ 30,00 a R\$ 50,00 pela participação.

Algumas lideranças dos pescadores também foram cooptadas. Em troca de apoio, a empresa aluga seus barcos e assina contratos de “prestação de serviços”, mantendo assim alguns pescadores calados quanto aos impactos das obras. A empresa vem fazendo uso também da violência e de ameaças com o objetivo de manter os movi-

mentos de resistência “quietos”. Há denúncias de que a segurança do canteiro de obras da empresa vem sendo realizada por integrantes da milícia, o que coloca em risco a vida de todos os que se opõem à obra.

MOVIMENTOS SOCIAIS LOCAIS OPOSTOS AO PROJETO

Há, contudo, uma grande parte da população local que se opõe à implantação da empresa e que não se intimida com as ameaças. Muitos desses grupos estão ligados aos pescadores, moradores da região e professores. Essas associações, além de entrarem na justiça contra a empresa, vêm promovendo protestos e unindo esforço para divulgar os crimes que a TKCSA vem promovendo na Zona Oeste.

Dentre as organizações da pesca temos: CONFAPESCA- Confederação das Federações de Associações de Pescadores Artesanais do Brasil; FAPESCA-RJ Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro; APESCARI- Associação de Pescadores do Canto dos Rios; AAPP- GUARATIBA- Associação de Pescadores e Aqüicultores da Pedra de Guaratiba; ABIT- ITACURUÇA- Associação de Pescadores; Aqüicultores e Barqueiros de Itacuruça (MANGARATIBA-RJ); AMACOR- Associação de Maricultores de Coroa Grande (ITAGUAI-RJ); APAIM-Associação de Pescadores da Ilha Da Madeira (ITAGUAI-RJ); APLIM- Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (ITAGUAI-RJ); Colônia de Pescadores Z-15 de Sepetiba; Fórum de Meio Ambiente do Trabalhador e; GDASI (Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruça- Mangaratiba-RJ).

Outros movimentos e instituições também encampam as críticas dos pescadores. Dentre as organizações ligadas à igreja católica tem o grupo Fé e Política e as Pastorais Sociais (Zona Oeste). No Plano Regional temos o Núcleo Socialista de Campo Grande, Comitê Popular de Mulheres, Sindicato Estadual dos Profissionais da



FORA !!! Thyssen Krupp /Vale e todas empresas que atacam a vida !!!

1º de Maio: Trabalhadores/as não pagarão pela crise !

Educação. Já no Plano Nacional, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhados Desempregados (MTD), e a Central dos Movimentos Populares (CMP).

Atualmente, boa parte dos grupos, organizações e movimentos sociais do Rio de Janeiro, reunidas em torno da Plenária dos Movimentos Sociais, se solidariza e tem conhecimento das violações e irregularidades que vêm sendo cometidas pela TKCSA contra os moradores e em especial pescadores da Baía de Sepetiba. Como resultado desse apoio, no dia Primeiro de Maio estas organizações somaram-se aos movimentos de pescadores e moradores da região e organizaram um grande ato em frente aos portões da empresa. Neste dia tradicional de luta dos trabalhadores, esses mais de 900 pessoas e moradores da região denunciaram os crimes que a TKCSA vem cometendo. A manifestação representou também o crescimento da luta iniciada pelos pescadores desde que a empresa resolveu se instalar na Baía de Sepetiba.

ESTRATÉGIAS DOS PESCADORES

Atualmente, os pescadores têm seis ações cíveis em andamento na justiça estadual contra a TKCSA. Eles também têm participado de vários eventos com o objetivo de dar visibilidade ao caso. No final de 2008, por exemplo, foi realizado um café da manhã com a imprensa, reunindo variados veículos da mídia do Rio de Janeiro e Nacional. Nesta ocasião, os pescadores e ambientalistas fizeram denúncias contra a empresa e entregaram a cada jornalista um kit contendo os principais documentos comprobatórios das denúncias realizadas.

No plano nacional vêm ampliando as discussões com diversas instituições como a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), a FIOCRUZ, CORECON (Conselho Regional dos Economistas), CREA e IDDH (Instituto de

Desenvolvimento e Direitos Humanos) vêm se ampliando. O objetivo é obter o apoio destas instituições na luta, fazendo com que cada uma destas renomadas instituições coloque o seu conhecimento técnico e seu conhecimento numa análise a respeito da construção do megaempreendimento na região. O primeiro parecer ficou pronto e foi elaborado pela Fiocruz e procura analisar o impacto que a usina siderúrgica causaria sobre a saúde dos trabalhadores e da população.

No plano internacional, os pescadores denunciaram o caso no Tribunal Permanente dos Povos, em Lima, com grande repercussão. Recentemente o caso foi, enfim, levado à Alemanha, país de origem da transnacional. Organizações e movimentos sociais alemães já apóiam a causa dos pescadores.

DUPLO PADRÃO

No Parecer da Fiocruz (Firpo & Milanez, 2009³), os técnicos apontam para a prática de duplo padrão, conceito que descreve uma forma particular da atuação de empresas transnacionais que adotam padrões de segurança e controle ambiental inferiores aos exigidos pela legislação de seus países de origem. São apontados dois indícios de que a TKCSA estaria se beneficiando da vulnerabilidade institucional do sistema de qualidade ambiental do Brasil, adotando práticas que seriam questionáveis frente à legislação européia.

3 Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), elaborado por Bruno Milanez e Marcelo Firpo Porto, pesquisadores do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, de julho de 2009.

O primeiro diz respeito ao RIMA do empreendimento. Nele há a ausência de uma descrição quantitativa sobre a situação da qualidade ambiental na região do empreendimento após o início da operação da siderúrgica, bem como das conseqüências dessas emissões sobre a saúde da população. A legislação européia exige que as empresas que desejem instalar unidades produtivas em qualquer país da União Européia devem incluir no pedido de licenciamento ambiental uma descrição do tipo e volume das emissões previsíveis da instalação para os diferentes meios físicos e de quais os seus efeitos no ambiente. De acordo com a legislação ambiental, esses dados deveriam se tornar públicos no momento do licenciamento para serem debatidos pela opinião pública.

O segundo indício se refere à concentração de poluentes na região do empreendimento. A qualidade do ar observada em Santa Cruz apresenta uma qualidade inferior àquela recomendada pelos padrões europeus. Sem a instalação da usina siderúrgica, a qualidade do ar na região onde será instalado o empreendimento, já é considerada ruim o suficiente pelo padrão europeu para causar impactos negativos sobre a saúde das pessoas e o meio ambiente, sendo alvo de programas de despoluição e melhoria da qualidade do ar. Assim, dificilmente na Alemanha a instalação de uma usina como a TKCSA numa região como a Zona Oeste do Rio seria permitida.

RESPOSTA DA EMPRESA

Em todo o processo de resistência e enfrentamento, não podemos dizer que a empresa tem aberto um campo de diálogo com os pescadores e suas associações. As únicas conversas que foram iniciadas, se deram bem no início da implementação da empresa, em 2006. Essas “conversas”, no entanto, foram no sentido de

tentar cooptar os pescadores. A empresa oferecia alguns projetos como fábricas de gelo e/ou reforma da associação, sempre em caráter informal, no boca-a-boca. Após essas tentativas, as quais não foram aceitas por muitos pescadores, a empresa recuou e eliminou o diálogo dentre seus instrumentos de ação.

Colocaremos a seguir as principais formas de ação da empresa ao longo do tempo:

No dia 3 de março de 2009 a transnacional publicou uma nota paga nos jornais brasileiros Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, negando acusações de envolvimento de milícias por parte de sua equipe de segurança. Afirmou que as denúncias eram falsas e aproveitou, ainda para ressaltar suas realizações em matéria de emprego e desenvolvimento da região.

Na primeira audiência pública para investigar as violações de direitos humanos pela empresa realizada na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj), a TKCSA enviou como representante Pedro Teixeira, diretor jurídico. Nesta mesma audiência a empresa, três semanas depois da publicação da nota paga nos jornais, alegou desconhecer as acusações de envolvimento com milícias. Pedro Teixeira, na ocasião, disse que era a primeira vez que a empresa ouvia tal relato. Na Audiência na Câmara dos Vereadores, realizada com o objetivo de investigar as isenções fiscais que o Rio de Janeiro vem concedendo à TKCSA, a empresa não enviou nenhum representante. Já na Audiência realizada na Câmara dos Deputados em Brasília, Rodrigo Tostes, seu vice-presidente continuou negando as acusações. A empresa se limitou a mostrar vídeos de propaganda institucional, destacando projetos sociais previstos na região, como a fábrica de gelo, por exemplo.

Em junho de 2009 o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) elaborou uma edição do Jornal dos Economistas para refletir sobre os impactos e os benefícios da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). A empresa, no entanto, optou por não responder as perguntas enviadas pelo Corecon por e-mail, con-

forme havia sido acordado com a assessoria de imprensa do Corecon. Em sua resposta, assinada pelo seu vice-presidente Rodrigo Tostes, a empresa se negou a responder, alegando que as perguntas seriam tendenciosas. Afirmou mais uma vez que as denúncias seriam falsas, e chamou os que acusam a TKCSA de detratores.

ASPECTOS LEGAIS E JURÍDICOS

Encontra-se em andamento, 4 (quatro) volumosos Inquéritos Cíveis e um Criminal no âmbito do Ministério Público Federal e Estadual da Capital do Rio de Janeiro, sendo que o do MPF já dispõe de quase 4 mil folhas. Entre maio e junho de 2008, algumas das providências solicitadas desde 2006 pelos movimentos sociais e a comunidade pesqueira finalmente foram adotadas pelo MP Federal. Este mesmo órgão apontou vários erros no licenciamento ambiental da TKCSA.

O Ministério Público Federal (MPF) advertiu o estado do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre irregularidades no licenciamento ambiental das obras da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). A Secretaria de Estado do Ambiente e o IBAMA receberam recomendações dos procuradores da República Maurício Manso, Gisele Porto e Andréa Bayão de implementação de medidas de correção relativas a esse empreendimento.

O MPF recomendou, também, ao estado a suspensão das licenças ambientais dadas pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) para as obras. Requisitos legais das licenças expedidas teriam sido descumpridos, com destaque para a exigência do aval do Ibama ao empreendimento. Neste mesmo sentido, a presidência do Ibama foi recomendada a tomar medidas administrativas e jurídicas para assumir sua competência no licenciamento ambiental das obras da TKCSA.

DEMANDAS DOS QUE LUTAM PELA BAÍA DE SEPETIBA

Ao Estado brasileiro em suas diversas esferas:

- que os órgãos e instituições governamentais competentes exijam que a TKCSA cumpra a legislação ambiental, como a proteção da área de manguezal e costeira, assim como o licenciamento ambiental do órgão competente IBAMA;
- que o Estado brasileiro multe a empresa pela área desmatada sem licenciamento, e que o valor da multa seja aplicada no completo reflorestamento da mesma área de manguezal;
- que o Estado brasileiro exija da empresa o uso de tecnologia adequada para a dragagem, de maneira que os impactos ambientais sejam minimizados, e que a reprodução natural de peixes e mariscos possa se regularizar;
- que o empreendimento seja fiscalizado regularmente pelo Ministério do Trabalho, verificando as condições dos trabalhadores dentro da obra, e fazendo com que se cumpra a legislação brasileira de segurança de trabalho de forma a garantir condições dignas aos trabalhadores empregados na obra.
- que seja dado procedimento as devidas providências em relação a Ponte de Acesso de 3,8 km dentro da Baía de Sepetiba. É recomendada sua demolição, uma vez que foi construída de maneira irregular e sem a autorização da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Esta Ponte impede o direito humano elementar de ir e vir dos barcos de pescadores artesanais, que têm suas fontes de vida, de identidade e de história na pesca artesanal na Baía de Sepetiba;

- que a vida e os direitos humanos dos pescadores e suas famílias que vêm sendo ameaçados por forças paramilitares por se oporem publicamente à obra sejam garantidos. Os direitos humanos e os direitos democráticos de oposição a um empreendimento devem ser garantidos pelo Estado brasileiro;
- que sejam implementadas ações públicas para a completa recuperação da Baía de Sepetiba, revertendo a poluição de suas águas, recuperando seus manguezais (e recuperação) e reduzindo o nível de poluição do ar que lá se verifica;
- que em longo prazo sejam revisados e modificados os parâmetros para concessão de financiamento público, em particular pelo BNDES, e de isenções fiscais a empreendimento privados. Isso de forma que no lugar de se valorizar somente o lucro, se preze também pela melhoria dos indicadores socioeconômicos, pela garantia do respeito ao meio ambiente e pela inclusão dos interesses das populações locais nesses projetos. Que os empreendimento que possuem financiamento público e isenções fiscais sejam punidos e tenham que devolver o dinheiro público que lhe foi concedido em caso de violações de direitos humanos e da legislação brasileira comprovados;
- que, tendo em vista os elevados níveis de poluição da Baía de Sepetiba e os perigos sobre a vida das pessoas, o Estado brasileiro reveja, bem como impeça, a instalação de novos empreendimentos na Baía de Sepetiba.

RESUMO

Conglomerado industrial-siderúrgico-portuário da TKCSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico) formado pela VALE (CVRD), que detém cerca de 27% das ações votantes, e a empresa alemã Thyssen Krupp Steel (TKS) com 73%. Trata-se de uma joint venture.

Área de intervenção: Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, bairro Santa Cruz, Brasil.

Empreendimento: No local será instalado um grande conglomerado industrial-siderúrgico-portuário.

O Complexo Contém:

- 1 – Usina siderúrgica integrada com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas de placas de aço.
- 2 – Usina termoelétrica para a geração de 490 MW de energia elétrica.
- 3 – Um porto com dois terminais composto por uma Ponte de Acesso de cerca de 4 Km e um Píer de 700 m para recebimento de 4 milhões de toneladas de carvão mineral importado e ao escoamento da produção para o mercado externo.

Produção: 5.5 milhões de toneladas de placas de aço por ano.

Capacidade produtiva total: 10 milhões de toneladas de placas de aço por ano.

Área total: 9 km quadrados.

Previsão para início das operações: Segundo semestre de 2010⁴.

Pessoas impactadas diretamente: 8.070 famílias de pescadores.

Pessoas impactadas indiretamente: População local que vive principalmente das atividades ligadas ao turismo e a pesca artesanal. Com o funcionamento do pólo siderúrgico, toda a população das cidades do Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica será afetada.

Investimento total: O valor saltou de € 4,5 bilhões para € 5 bilhões se somados os € 500 milhões com despesas operacionais para o início de operação do projeto⁵.

Incentivos fiscais: Isenção de ICMS por 12 anos estimada em aproximadamente US\$ 150 milhões por ano. Isenção de ISS por 5 anos.

Recursos públicos brasileiros no projeto: O BNDES está provendo um financiamento de R\$ 1.48 bilhão (aproximadamente US\$ 500 milhões) e os governos do estado do Rio de Janeiro e Federal estão concedendo isenções fiscais. O terreno em que empresa está localizada também foi concedido pelo Governo Federal.

Área de preservação ambiental: O canteiro de obras está localizado num manguezal considerado Área de Preservação Ambiental (APA), sujeito à proteção de Área de Preservação Permanente, segundo o Código Florestal brasileiro.

4 Informação da coluna de Anselmo Góis - Jornal O Globo de 14 de outubro de 2009.

5 Notícia do Valor Econômico, Vera Saavedra Durão, intitulada CSA vence sucessivos problemas e deve entrar em operação em 2010 de 31 de julho de 2009.

Licenciamento ilegal: Como está situado numa área costeira, bem como dentro de uma APA, segundo a legislação brasileira, o empreendimento deveria ser licenciado pelo IBAMA, órgão federal. Contudo, as obras vêm sendo realizadas contando apenas com o licenciamento da FEEMA, órgão estadual.

Interdições e embargos: Até o momento de finalização deste documento (outubro de 2009) as obras do empreendimento já foram embargadas e interditadas mais de uma vez por diferentes órgãos. Em dezembro de 2007, fiscais do IBAMA embargaram as obras da TKCSA. Eles constataram, em uma visita ao seu canteiro de obras, que a empresa estava devastando uma ampla área do manguezal não prevista no seu EIA-RIMA ou no Plano Ambiental Básico. Isso sem qualquer outra autorização legal. Nesta ocasião, inúmeras outras irregularidades foram destacadas. Em abril de 2008, após receber denúncias de ocorrência de acidentes dentro do canteiro de obras da TKCSA –formalizadas pela FAPESCA e CONFAPESCA - o Ministério Público do Trabalho interditou as obras. Foram constatadas irregularidades relativas ao ambiente de trabalho como falta de equipamentos apropriados e destinados à segurança do trabalhador. No entanto, ainda que tivesse o seu canteiro de obras embargado, a empresa continuou a obra, o que foi constatado pelo MPT em outra visita à TKCSA, dias após a interdição das obras. Nesta ocasião, em junho de 2008, a empresa assinou junto ao MPT um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Maior siderúrgica da América Latina: Quando entrar em operação, esta será a maior usina siderúrgica da América Latina. Trata-se também do maior investimento estrangeiro no país e do maior investimento alemão fora da Alemanha.

Exportação de produtos semi-elaborados: Trata-se também de um elemento chave na estratégia mundial de crescimento da Thyssen Krupp (TKS), que pretende aumentar sua cota de mercado na Europa e nos Es-

tados Unidos. Por conta disso, 100% do aço semi-elaborado com baixo valor agregado produzido no Brasil será exportado. A matéria-prima será processada nas unidades alemãs e norte-americanas, em unidades de processamento e beneficiamento geradoras de maior valor agregado. Os lucros que o estado do Rio de Janeiro terá com este projeto serão mínimos, tendo em vista as enormes isenções fiscais que o governo está concedendo à empresa.

Impactos da Implantação da Empresa:

- Ilegalidades e falta de transparência no processo de licenciamento ambiental.
- Manipulação da participação popular durante as audiências públicas do licenciamento ambiental.
- Cooptação de autoridades públicas. Cooptação de falsas lideranças comunitárias. Alguns pescadores e moradores da Baía de Sepetiba calam-se quanto aos impactos da poluição provocada pela TKCSA. Em troca, a empresa assina “contratos de prestação de serviço”. As lideranças cooptadas se apropriam dos recursos repassados pela empresa, alguns em caráter informal, e assinam documentos de apoio à empresa sem nem mesmo consultar os pescadores que deveriam “representar”.
- Violação dos direitos humanos: A empresa viola o direito de ir e vir dos pescadores e outros indivíduos que se oponham ao empreendimento na região, violando o artigo XII da Declaração dos Direitos Universal dos Direitos Humanos, de dezembro de 1948, da Assembléia Geral das Nações Unidas. O artigo atesta que toda a pessoa tem direito à liberdade de locomoção dentro das fronteiras de Estado. Os pescadores não podem trabalhar por que a empresa instala equipamentos nos rios e no mar. A ponte de 4km que compõe o terminal portuário privado, impede que os pescadores navegam dentro da Baía. Eles precisam contornar toda a ponte (cerca de 8 milhas). A movimentação de enormes navios pelo canal de São Francisco e pelo mar, além de reduzir a quantidade e a variedade de peixes pela movimentação e poluição, também cria zonas de exclusão da pesca, impedindo os pescadores de trabalhar.

- **Convivência com as milícias da região:** Há suspeitas na região de que a empresa vem atuando em conjunto com a milícia, o que ameaça diariamente os pescadores e a população local críticos ao empreendimento. Denúncias referentes a ameaças, intimidações e acidentes de trabalho foram feitas ao Ministério Público Federal pela FAPESCA - RJ.
- **Violação de direito dos trabalhadores:** A empresa conduz os trabalhos de construção da usina siderúrgica sem respeitar as mínimas condições de segurança impostas pela Lei do Trabalho. Por conta disso, as obras da empresa foram interditadas pelo Ministério Público do Trabalho. O mesmo órgão, além da interdição, já iniciou duas ações civis públicas contra a companhia.
- **Violação dos direitos dos imigrantes:** Com o objetivo de reduzir os custos com a mão-de-obra, a empresa vem contratando sistematicamente imigrantes (nordestinos e chineses). Os chineses são parte de um acordo assinado com um grupo chinês Citic –Cooperação Internacional do Brasil Consultoria de Projetos LTDA- para a compra de máquinas e fornecimento dos trabalhadores. Cerca de 600 chineses já trabalharam no canteiro de obras da empresa. Estes trabalhadores enfrentam péssimas condições de vida e de trabalho, bem como constantes ameaças da milícia que atua na zona oeste. Em uma última visita do MPT ao canteiro de obras foram encontrados 120 chineses sem documentos e sem contratos de trabalho, trabalhando como pedreiros⁶.
- **Destruição ambiental na Baía de Sepetiba e desmatamento de extensa área de manguezais:** Essas áreas são consideradas pela legislação brasileira como APPs-Áreas de Preservação Permanente - e protegidos pelo Código Florestal e pelas Constituições federal e estadual. A empresa vem desmatando o manguezal e provocando o extermínio da fauna terrestre e marinha na região.

EIA-RIMA: Segundo o relatório do Grupo de Apoio Técnico Especializado do Ministério Público Federal (GATE) a empresa vem conduzindo as obras sem o menor respeito ao que teria sido definido no EIA-RIMA. Segundo

o GATE – Ministério Público Estadual, além das inúmeras irregularidades, o EIA-RIMA conteria até mesmo assinaturas falsificadas.

As dragagens e os peixes: As dragagens vêm “sugando” também peixes e moluscos, inclusive nos períodos de defeso (reprodução), uma vez que a Baía de Sepetiba é uma importante área de reprodução, uma espécie de berçário para as diversas espécies de peixes. Inspetores do Ibama, em visita ao canteiro de obras encontraram juntamente ao material dragado, muitos peixes e moluscos no período de reprodução e de defeso que teriam sido mortos pelas atividades de dragagem empreendidas pela TKCSA.

Contaminação das águas por metais pesados: Devido a um acidente na década de 1990 envolvendo a antiga companhia Ingá Mercantil, que produzia lingotes de zinco, a Baía de Sepetiba apresenta um grande passivo ambiental. A empresa faliu em 1998, deixando a céu aberto na Ilha da Madeira cerca de 3 milhões de toneladas de lixo químico – Chumbo, Cádmiio e Zinco. Esses produtos teriam vazado ao longos dos últimos anos em sucessivos desastres ambientais. Segundo estimativa da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), a Baía de Sepetiba recebeu em suas águas, durante anos, cerca de 100 toneladas de metais pesados a cada ano, oriundos do dique da Ingá. Apesar da ausência de medidas de reparação ao meio ambiente por parte do governo do estado e dos dirigentes da falida companhia, nos últimos anos, essa situação vinha se revertendo, de forma que esses resíduos estavam sofrendo um processo de sedimentação. Com o passar do tempo, a contaminação do local foi se reduzindo, pois os metais pesados haviam se assentado no fundo da Baía. Contudo, desde setembro de 2006, quando a TKCSA iniciou as atividades de dragagem, esses metais pesados, antes assentados no assoalho oceânico, estão sendo revolvidos, retornando para a água.

Lançamento de lama contaminada no interior da Baía de Sepetiba: A empresa está retirando cerca de 21.810.000 m³ de lama contaminada por metais pesados do fundo da Baía e do Canal São Francisco, com o objetivo de aumentar a sua profundidade e permitir o acesso aos navios. Parte deste material contaminado está sendo utilizado no canteiro de obras da empresa para o aterro do terreno onde se erguerá a usina. Os

impactos e os riscos de que este material contamine o solo e os lençóis freáticos são enormes. Para tratar do restante do material contaminado retirado pela empresa do fundo do mar –aproximadamente 200.000 m³ de lama- a empresa utilizará a tecnologia Confined Disposal Facility (CDF), que prevê a construção de enormes covas ou fossas no fundo da Baía, onde este material será “enterrado”. No entanto, o local onde as covas estão localizadas corresponde a uma área de costumeiras manobras de navios e embarcações, o que elevaria o risco de rompimento dessas covas. A utilização desta tecnologia põe em risco todo o ecossistema local, especialmente se levarmos em conta que trata-se de uma Baía fechada e repleta de ecossistemas raros como a Mata Atlântica e o manguezal. Existem outras tecnologias mais seguras para tratar o material contaminado que nem sequer foram consideradas pela empresa, como o encapsulamento ou a disposição final do material em aterros industriais licenciados.

Da aplicação do princípio da precaução: Segundo a Declaração das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, formulada durante a ECO 92, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados com o objetivo de proteger o meio ambiente. Quando houver ameaça de danos sérios e irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas de prevenção à degradação ambiental. A aplicação desse princípio se perfaz pela técnica escolhida para o “bota-fora” da lama contaminada na Baía de Sepetiba. Ela não condiz com os parâmetros mínimos de segurança para o ambiente em questão. Na ação civil que encontra-se em curso no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro alertou-se para a existência de inúmeras situações de risco que impossibilitariam a correta e adequada utilização da tecnologia Confined Disposal Facility (CDFs) para o “bota-fora” da TKCSA.



MANTENHA A PRAIA
LIMPA!



Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Av. Rio Branco, 277 - sala 1609 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.040-009
Fone/Fax: (21) 2210-2124
pacs@pacs.org.br